

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE
DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto

JOÃOMIGUEL SANTOS TAVARES

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO RISCO
ASSOCIADO À SEGURANÇA POR PARTE
DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO EM
JARDINS-DE-INFÂNCIA

Dissertação submetida à Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ambiente, Higiene e Segurança em Meio Escolar, realizada sob a orientação científica de Prof. Dr. Rui Pedro Labrincha Azevedo e co-orientação científica de Prof. Dra. Manuela Vieira da Silva.

O u t u b r o , 2 0 1 1

Agradecimentos

Nesta fase tão importante de mais um objectivo de vida cumprido, gostaria de agradecer a quem me apoiou e partilhou este momento tão importante.

Ao Professor Doutor Rui Azevedo pela disponibilidade, compreensão e principalmente apoio que sempre demonstrou e pela supervisão da tese de modo a que ficasse mais enriquecida.

À Professora Doutora Maria Manuela Silva pela supervisão desta tese, pela disponibilidade e apoio que sempre demonstrou.

Aos jardins-de-infância que responderam ao questionário enviado, pois sem eles não conseguiria realizar este estudo.

A toda a Direcção da Maiêutica Cooperativa de Ensino Superior pela compreensão e apoio dado para a realização deste estudo.

Aos meus colegas de trabalho, Professor Doutor Rui Azevedo, Dr.^a Rute Monteiro e Eng.^o Osvaldo Machado pela compreensão e apoio no presente estudo e pela paciência que tiveram na fase mais delicada que é a fase final da elaboração da tese.

Às pessoas mais importantes na minha vida, à minha família, pais, irmãs, sogros, cunhados, principalmente à minha esposa pelo grande apoio que me deram e principalmente pela minha ausência, mesmo estando presente, para a realização deste estudo.

Embora ainda não tenha nascido, quero agradecer ao meu filho, pois a pensar nele ganhei motivação para terminar o estudo.

Resumo

O estudo que ora se apresenta avalia a percepção de risco por parte dos profissionais de educação em jardins-de-infância do concelho da Maia. A avaliação da percepção foi realizada através de inquérito por questionário. No questionário são abordados temas como a formação que os inquiridos obtiveram, a tipologia dos acidentes ocorridos com as crianças, as condições estruturais do jardim-de-infância, os recreios, materiais e equipamentos, riscos eléctricos e organização de emergência. O grupo referente à segurança, higiene e saúde nos jardins-de-infância, que se encontra no questionário, foi estruturado com base na legislação e documentação de referência.

A amostra recolhida diz respeito a 8 jardins-de-infância, tendo sido respondido por 34 educadoras de infância e 34 auxiliares de acção educativa.

Constituíram objectivos deste estudo, verificar a percepção de risco por parte das educadoras de infância e das auxiliares de acção educativa; verificar diferenças de percepção de risco entre as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa sobre os diferentes temas; analisar a influência da formação recebida, idade, experiência profissional e categoria profissional na percepção do risco; Identificar qual o tema em que a amostra demonstra menos domínio.

Após a análise dos resultados verificou-se que percepção das educadoras de infância e auxiliares de acção educativa era elevada, não se verificando diferenças significativamente entre as duas categorias profissionais, nem entre quem teve formação com não teve.

Palavras-chave: Percepção do risco; acidentes/incidentes; actividade escolar; espaços; componente educação; jardim-de-infância

Abstract

The study being presented evaluates the perception of risk by education professionals of the kindergarten school system in the Maia district. The evaluation was achieved through a questionnaire survey. This questionnaire addresses issues such as the education the subjects had, the types of accidents occurred with the children, the structural conditions of the kindergarten, the playgrounds, materials and equipments, electrical hazards and emergency procedures. The group referring to safety, hygiene and health mentioned in the questionnaire was structured based on the legislation and reference documentation.

The samples refer to 8 kindergartens, having been answered by 34 kindergarten teachers and 34 assistants in education.

This study involves verifying the perception of risk by the kindergarten teachers and the assistants in education of the different issues, analyzing the influence of the education received, age, professional experience and professional category in risk perception. Identifying which item the samples have most trouble with.

After analyzing the results the conclusion is that both the kindergarten teachers and the assistants in education show a high level of knowledge, with no apparent difference between the two professional categories or who had the highest level of education.

Key words: Risk perception, accidents/incidents, school activity, spaces, education, kindergarten

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice.....	iv
Índice de Tabelas.....	vi
Índice de Figuras.....	viii
Introdução.....	1
Capítulo I – Revisão bibliográfica.....	4
1.1 Risco.....	4
1.1.1 Riscos Voluntários e Involuntários.....	5
1.1.2 Acidente em meio escolar.....	6
1.2 Percepção do Risco.....	8
1.2.1 Percepção do risco - criança versus adulto.....	10
1.3 O Jardim-de-infância.....	11
1.4 Principais Funções do(a) Educador(a) de Infância e do(a) Auxiliar de Acção Educativa.....	12
1.5 A criança do Jardim-de-infância.....	13
1.5.1 Caracterização do Jardim Infância:.....	14
Capítulo II – Materiais e Métodos.....	28
2.1 Tipo de Estudo.....	28
2.2 Participantes – Jardins-de-infância.....	28
2.3 Elaboração do questionário.....	29
2.3.1 Constituição do Questionário.....	31
2.4 Tratamento de Dados.....	32
Capítulo III – Resultados e Discussão.....	34
3.1 Análise descritiva dos dados obtidos.....	34
3.1.1 Caracterização de amostra.....	34
3.1.2 Informação sobre acidentes no jardim-de-infância.....	37
3.1.3 Segurança, Higiene e Saúde nos Jardins-de-Infância.....	40

3.2 Percepção do Risco Associado à Segurança por Parte dos Profissionais de Educação em Jardins-de-Infância.....	51
Capítulo IV – Conclusão	56
Capítulo V - Trabalho Futuro/Sugestões para trabalho futuro	59
Referências bibliográficas	60
Legislação/Documentação de Referência.....	62
Anexos.....	65
Anexo I.....	66
Anexo II.....	74

Índice de Tabelas

Tabela I: Número de acidentes ocorridos por tipologias e ciclos, adaptado de Reis (2005)	7
Tabela II: Categoria Profissional dos inquiridos	34
Tabela III: Faixa etária dos inquiridos conforme a categoria profissional	35
Tabela IV: Análise do motivo de formação por parte das Educadoras de Infância e Auxiliares de Acção Educativa.....	37
Tabela V: Relação da tipologia dos acidentes, utilizada na figura III, com a descrição destes	37
Tabela VI: Medidas adoptadas por parte dos inquiridos relativamente aos acidentes ocorridos	39
Tabela VII: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário.....	42
Tabela VIII: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura VI.....	44
Tabela IX: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura VII	45
Tabela X: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura VIII.....	46
Tabela XI: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura IX.....	48
Tabela XII: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura X.....	50
Tabela XIII: Valores de referência teóricos relativos ao score de cada domínio	52
Tabela XIV: Análise dos valores médios obtidos por cada score.	54
Tabela XV: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Condições Estruturais”	75
Tabela XVI: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Recreio”	75
Tabela XVII: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Equipamentos e Materiais”	76

Tabela XVIII: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Riscos Eléctricos”	76
Tabela XIX: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Organização de Emergência”	77
Tabela XX: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Condições Estruturais”	77
Tabela XXI: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Recreio”	78
Tabela XXII: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Equipamentos e Materiais”	78
Tabela XXIII: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Riscos Eléctricos”	78
Tabela XXIV: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Organização de Emergência”	79
Tabela XXV: Verificação da homogeneidade das variâncias para a aplicação do teste Kruskal Wallis, na análise da diferença de percepção de risco entre as diferentes faixas etárias em relação aos temas estudados	79
Tabela XXVI: Teste Kruskal Wallis, aplicado à análise da diferença de percepção de risco entre as diferentes faixas etárias em relação aos temas estudados	79
Tabela XXVII: Correlação de Pearson, aplicado à análise da diferença de percepção de risco entre o tempo de experiência profissional das inquiridas em relação aos temas estudados	80

Índice de Figuras

Figura I: Habilitações literárias dos inquiridos.....	36
Figura II: Obtenção de formação em função da categoria profissional.....	36
Figura III: Identificação da tipologia de acidente em função da categoria profissional.	38
Figura IV: Nível de risco associado aos espaços do jardim-de-infância, por categoria profissional	41
Figura V: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.2.1 do questionário, Condições Estruturais, por parte das Educadoras de infância (ED.) e das Auxiliares de acção educativa (AUX.).....	43
Figura VI: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.3.1, “Recreio”, do questionário, por parte das Educadoras de infância (ED.) e das Auxiliares de acção educativa (AUX.) ..	44
Figura VII: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.4., “Equipamentos e Materiais” do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)	45
Figura VIII: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.5.1, “Riscos eléctricos” do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)	47
Figura IX: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.6.1, “Organização de emergência”, do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)	48
Figura X: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.7.1 do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)	50

Introdução

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário (Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, lei.n.º 5/97 de 10 de Fevereiro).

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar, conforme descrito na lei.n.º 5/97, também conhecidos por jardins-de-infância. As idades onde estão inseridas as crianças do jardim-de infância correspondem à faixa etária da descoberta do mundo que as rodeia, devido à sua expressão motora estar mais definida, já conseguem andar, correr, saltar sem qualquer auxílio, dando-lhes a independência necessária para explorar as suas curiosidades, conforme defendem Erikson (1959) e Jean Piaget (1970) citados por Sprinthall & Sprinthall (1993). Por outro lado, as crianças com idades inferiores a 3anos são ainda dependentes dos adultos, os riscos poderão ser mais reduzidos devido à atenção que é exigida para cuidar das crianças nestas idades.

Devido às características das crianças da idade em estudo e também devido à liberdade que existe no recreio, este é o local mais propício para a ocorrência de acidentes, conforme comprovam os estudos do Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer (EHLASS), e da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN). Os espaços e os recintos escolares constituem áreas importantes de estudo, sobretudo relativamente à identificação de materiais e de equipamentos que poderão induzir situações de risco, cumulativamente com a vigilância obrigatória em idades pré-escolar.

As crianças podem estar expostas a vários riscos, pois a segurança depende das suas atitudes, mas principalmente da percepção do risco que quem diariamente interage com as crianças, nomeadamente as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa.

Assim, a percepção dos profissionais de educação dos jardins-de-infância, em relação aos riscos a que as crianças estão expostas, assume especial importância, pois são estes actores

que podem intervir directamente na segurança dos espaços em estabelecimentos de ensino pré-escolar.

Como objectivo principal da presente dissertação pretendeu-se avaliar a percepção do risco associado à segurança por parte dos profissionais de educação dos jardins-de-infância, principalmente dos(as) educador(as) de infância e auxiliares de acção educativa. A materialização deste objectivo teve como base a concretização dos seguintes objectivos específicos:

- Verificar a percepção de risco associado à segurança por parte das educadoras de infância e das auxiliares de acção educativa;
- Verificar diferenças de percepção de risco entre as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa sobre os diferentes temas;
- Analisar a influência da formação recebida, idade, experiência profissional e categoria profissional na percepção do risco;
- Identificar qual o tema em que a amostra demonstra menos domínio.

Complementarmente aos objectivos propostos, o estudo avalia se os inquiridos já tiveram formação, enumera tipologia de acidentes ocorridos, reflecte a opinião do inquirido sobre os riscos associados a determinados espaços do jardim-de-infância e infere acerca da percepção relativa às condições estruturais do jardim-de-infância, do espaço de recreio, dos equipamentos e materiais, dos riscos eléctricos, e da organização de emergência assim como aspectos gerais.

Para cumprimento dos objectivos e metodologia propostos a presente dissertação está organizada em 4 capítulos distintos.

O capítulo I inclui a revisão bibliográfica, abordando temas como a percepção de risco, a caracterização das crianças da faixa etária estudada, os preceitos legais nomeadamente ao nível da constituição do jardim-de-infância e a caracterização das funções dos principais intervenientes no dia-a-dia da criança. O capítulo II apresenta a metodologia, que descreve o método utilizado na elaboração da tese. No capítulo III incluem-se os resultados obtidos e a sua discussão. Finalmente no capítulo IV apresenta-se as conclusões decorrentes do trabalho realizado.

Face à escassez de estudos nesta área, o trabalho que ora se apresenta trata-se, portanto, de uma abordagem inovadora da problemática da percepção de risco em contexto escolar.

Capítulo I – Revisão bibliográfica

L. Hiron del apresenta um conjunto de características inerentes ao comportamento da criança potencialmente geradoras de risco, como é possível constatar na seguinte afirmação: *“Como um autêntico explorador, aqui está a criança partindo à descoberta do mundo, percorrendo, observando, tocando, experimentando tudo. Profissão apaixonante mas não isenta de riscos, o nosso jovem explorador possui uma coordenação motora imperfeita, a sua marcha é cambaleante, os seus gestos inábeis, a sua observação fragmentada; não vê mais do que uma coisa ao mesmo tempo, em suma, não distingue o perigo. É vítima de um mundo desconhecido e cheio de armadilhas, onde os perigos se ocultam detrás de experiências enganadoras.”* (Heras et al., 2011).

1.1 Risco

Ao longo dos anos tem havido uma confusão considerável entre conceitos de segurança, risco e perigo. A tendência da troca destas palavras ocorre com alguma facilidade, havendo a necessidade de definir correctamente cada uma delas. Segundo Bahr (1997), diferentes sectores definem estes conceitos de modo diferente.

O dicionário *on line* da Porto Editora define risco como a “possibilidade de um acontecimento futuro e incerto; perigo”, num outro registo, o dicionário *on line* da Priberam caracteriza o risco como “Perigo; inconveniente”. Como se pode verificar, fora do âmbito do léxico técnico de segurança as palavras risco e perigo parecem significar o mesmo. Sendo conceitos diferentes, risco e perigo, os mesmos serão aqui abordados, segundo o conceito da segurança.

Segundo a Lei-Quadro de segurança no trabalho – a Lei 102/2009, perigo é “a propriedade intrínseca de uma instalação, actividade, equipamento, um agente ou outro componente material do trabalho com potencial para provocar dano”. Outro significado para perigo é a “fonte, situação, ou acto com potencial para o dano em termos de lesão ou afecção de saúde, ou uma combinação destes” conforme descreve a norma de sistema de gestão de

segurança e higiene no trabalho, NP 4397:2008. Uma definição sucinta de perigo, é uma condição que pode causar ferimentos ou morte, danos ou perdas de equipamentos de propriedade ou de danos ambientais Roland & Moriarty (1990) citados por Bahr (1997). Como se pode verificar, perigo, nas três descrições corresponde algo que pode causar dano.

Risco é “a probabilidade de concretização do dano em função das condições de utilização, exposição ou interacção do componente material do trabalho que apresente perigo (Lei 102/2009). No documento normativo NP 4397:2008 risco é a combinação da probabilidade de ocorrência ou de exposição de um acontecimento perigoso e da gravidade de lesões ou afectações da saúde que possam ser causadas pelo acontecimento ou pela exposição. A definição de risco combina os conceitos de severidade da consequência de um acidente e da probabilidade de ocorrer. Em termos gerais, o risco é a combinação da probabilidade (ou frequência de ocorrência) e a consequência (ou severidade) de perigo. Considerar a existência de risco nulo é uma prática impossível, porque não se pode eliminar totalmente o risco, minimizando sempre que possível. O controlo do risco pode ser alcançado reduzindo a sua probabilidade ou a severidade, ou ambas (Bahr, 1997). O risco é a combinação de varios factores, dos quais se destacam a probabilidade de ocorrência, a exposição a um acontecimento perigoso e a consequência da ocorrência ou exposição a esse acontecimento.

Como se pode verificar risco e perigo são conceitos distintos, mas dependente um do outro, a cada risco está associado um perigo.

1.1.1 Riscos Voluntários e Involuntários

Riscos involuntários são aqueles que provêm de força maior, causam impacto negativo sem conhecimento prévio e consentimento do sujeito. Incluem-se neste grupo actos da natureza, como ser atingido por um raio, incêndios, inundações, tornados, etc., e exposição a contaminantes ambientais (Tennessee, 2009). O mesmo autor refere que os riscos voluntários são os riscos associados a actividades a que as pessoas se expõem de livre vontade (por exemplo, conduzir um carro ou uma moto, subir uma escada, fumar, fazer pára-quedismo).

1.1.2 Acidente em meio escolar

De acordo com a Portaria nº 413/99 de 8 de Junho, é considerado acidente escolar “o evento ocorrido no local e tempo de actividade escolar que provoque ao aluno lesão, doença ou morte”. É abrangido, como acidente escolar, pela mesma portaria o acidente que resulte de actividade desenvolvida com o consentimento ou sob a responsabilidade dos órgãos de gestão do estabelecimento de educação ou ensino, por exemplo as visitas de estudo, e o acidente que ocorra no percurso habitual entre a residência e o estabelecimento de educação ou ensino, ou vice-versa, num determinado tempo estabelecido pela portaria já referida.

De modo a diminuir os acidentes em meio escolar a portaria n.º 413/99 de 8 de Junho tem um artigo estruturado sobre a prevenção do acidente escolar. As medidas enunciadas para a prevenção de acidentes são a realização de acções de informação e formação dirigidas aos alunos e ao pessoal docente e não docente, destinadas a prevenir ou a reduzir os riscos de acidente escolar, organizadas pelos estabelecimentos de educação e ensino; e a elaboração de programas da iniciativa das direcções regionais de educação ou dos organismos centrais do Ministério da Educação que contemplem, designadamente, o estudo comparado dos meios utilizados por outras instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras.

As medidas referidas para a diminuição de acidentes vem ao encontro do estudo realizado por Silva (2008), que defende que um dos meios de melhorar a cultura de segurança de uma organização é aprender com os acidentes já ocorridos. Para a mesma autora a aprendizagem com os acidentes necessita que exista partilha de informação sobre o acidente, partilha de pontos de vista sobre os acidentes e novos conhecimentos adquiridos. Segundo Silva (2008) são três os principais aspectos na aprendizagem com os acidentes: formas de aprendizagem; tipos de experiência utilizados para aprender e níveis a que a aprendizagem pode ocorrer.

Este ponto demonstra a importância do trabalho em equipa que deve existir entre os colegas de profissão do mesmo jardim-de-infância, mas principalmente entre a educadora e a auxiliar da sua sala de actividade, de modo a partilhar as suas experiências profissionais.

Um dos locais onde ocorrem mais acidentes no jardim-de-infância é o recreio, segundo o Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer (EHLASS), em

Portugal ocorrem cerca de 4000 acidentes por ano. Este valor tem como base os casos que necessitam de recorrer à urgência hospitalar, podendo-se afirmar que o número global de acidentes ocorridos será, certamente, mais elevado, conforme consta no Decreto-Lei 379/97 de 27 de Dezembro. Para Hohmann e Weikart (1997, p.212) citado por Albuquerque (2007) *“o recreio é uma área maravilhosa para as crianças”*. Neste espaço elas encontram toda a liberdade que dentro da sala de actividades não têm. No exterior as crianças têm mais possibilidade de se exprimirem. Aqui são livres de correr e saltar, atirar bolas, realizar exercícios de equilíbrio, etc. Este espaço também é um lugar propício para a criança observar, interagir, explorar e experimentar.”

No que se refere a acidentes em estabelecimentos de ensino destaca-se o estudo elaborado por Reis (2005), que contempla uma análise aos acidentes escolares ocorridos nos agrupamentos de escolas de Braga, entre 1998 e 2003. De acordo com a autora, a tipologia de acidentes mais frequente foram as quedas, conforme se pode verificar na tabela I. O estudo não inclui os acidentes no ensino pré-escolar.

Tabela I: Número de acidentes ocorridos por tipologias e ciclos, adaptado de Reis (2005)

Tipologias dos acidentes	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total por tipologia
Quedas	193	627	650	1470
Agressões Involuntárias/Choques	86	257	300	643
Introdução de Corpos Estranhos	4	10	9	23
Manipulação de Objectos	13	20	35	68
Queimaduras/Intoxicações	1	1	5	7
Atropelamentos	9	8	12	29
Outros	32	145	208	385
Total de Acidentes	338	1068	1219	2625

Dos ciclos que se encontram na tabela I, o 1º ciclo é o grupo com a faixa etária mais próxima das idades das crianças do jardim-de-infância. Pode-se verificar na mesma tabela que é o ciclo com menos acidentes no total, sendo só superior ao 2º ciclo no número de acidentes por atropelamento. Segundo a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), no ano lectivo 2009/2010, ocorreram 36.615 acidentes escolares (Comunicação Pessoal, 2011). Os dados revelaram que é no 3º ciclo de estudos (31,7%), seguido do 1º

ciclo de estudos (26,1%), que ocorreram mais acidentes, no entanto, 5% dos acidentes ocorreram nos Jardins-de-infância. Estes acidentes foram relacionados fundamentalmente com os espaços *recreios/pátios* (43,4%), nos *ginásios/aula de educação física/desporto escolar* (34,9%), salas de aula (8,6%) e corredores/escadas (5,9%), entre outros.

1.2 Percepção do Risco

Na segurança, a importância da percepção não deve ser descurada, na medida em que segundo Glendon et McKenna (1995) e Diaz et Resnick (2000) a percepção do risco parece ser um antecedente crítico do comportamento de risco. A má interpretação dos riscos poderá originar comportamentos e acções desapropriados face às respectivas fontes ou perigos que resultam de ignorância ou falha no cumprimento de procedimentos de segurança (Choudhry et Fang, 2008) citado por (Azevedo, 2010).

Para Johnson, 1993; Laughery *et al.*, (1999) citado por Arezes (2002), a percepção do risco é um termo utilizado para referir o conhecimento e o sentimento associados, incluindo as potenciais consequências relativas a uma situação ou a um conjunto de circunstâncias

A percepção de risco pode ser interpretada através de duas perspectivas distintas, a avaliação do técnico e a de quem não possui conhecimentos técnicos, sendo que ambas podem não coincidir (Oliveira, 2007). A distinção entre as duas vertentes consiste nos conhecimentos teóricos e técnicos que a avaliação técnica tem que a outra não possui. Lima (2005) citado por (2010), tem uma definição idêntica sobre percepção de risco, a forma como os não especialistas (referidos também como leigos) pensam o risco, referindo-se à avaliação subjectiva do grau de ameaça potencial de um determinado acontecimento ou actividade.

A percepção de risco é constituída por uma avaliação subjectiva da probabilidade de sofrer um acidente ou sofrer algum problema de saúde causados pela exposição a uma fonte de risco, bem como as emoções relacionadas com a fonte. Assim, Sjöberg (1993) citado por Rundmo (2000) sugeriu que a experiência individual de risco pode ser separada em componente cognitiva e componente emocional ou afectivo.

Slovic, Fischhoff, e Lichtenstein (1979) citados por Bahr (1997) definiram um conjunto de factores que afectam a forma das pessoas perceberem o risco. Um factor é se o risco é

voluntário ou não. A localização de um depósito de resíduos perigosos numa cidade seria considerado risco involuntário e, portanto, poderia ser percebido que haveria mais risco. As pessoas que estão expostas aos riscos voluntários devido a serem riscos conhecidos e por acharem que estão controlados, não percebem os riscos da mesma forma que os involuntários. Por exemplo, o risco de saltar de pára-quedas pode ser considerado baixo para o indivíduo que executa o salto regularmente por ser uma opção que a pessoa escolheu. Outro factor importante é perceber se as consequências do acidente são crónicas ou catastróficas. Perceber as consequências catastróficas aumenta o grau de risco.

Algumas pessoas consideram que existe maior risco em viajar de avião do que de carro, devido, no caso de existência de um acidente, o numero de pessoas que morrem no acidente de avião ser muito superior do que num acidente com o carro.

O facto de o risco não ser comum, também influencia a percepção deste, pois o ser humano considera o risco como sendo grave. O outro factor de risco está relacionado com a gravidade, sobretudo quando o acidente pode envolver morte, manusear uma arma é considerado muito arriscado, pois existindo um erro, provavelmente, resultará em morte. Por outro lado e a título de exemplo, as pessoas sentem que o risco de morrer de intoxicação alimentar é menor porque a probabilidade de morte é mais reduzida (Bahr, 1997).

A percepção do risco é diferente para quem conhece o risco a que está exposto, classificando o risco como sendo pouco gravoso, quando comparado com as pessoas que não sabem que estão expostas ao mesmo risco. Outro factor referido, é o tempo que os danos da exposição ao risco demoram a ocorrer, se os danos surgirem de imediato, as pessoas percebem que o risco é mais gravoso (Bahr, 1997). Um exemplo deste factor é o tabagismo, pois os fumadores sabem que estão mais expostos ao de contrair uma doença mortal devido a doenças relacionadas com o consumo de tabaco, do que os não fumadores.

O factor da controlabilidade está relacionado com controlo que a pessoa tem sobre a máquina/tecnologia. O ser humano sente-se mais seguro se tiver o controlo da tecnologia. O último factor é se o risco é novo ou velho. As pessoas sentem-se mais confortáveis com a exposição ao risco “velho”, pois já existe uma habituação ao risco, do que estarem expostos a um novo risco.

1.2.1 Percepção do risco - criança versus adulto

Visto que os espaços do jardim-de-infância devem cumprir com os critérios de segurança, para proteger as crianças, foi inserido este pequeno ponto sobre as diferenças de percepção de risco entre as crianças e os adultos.

Segundo Matos (2010) a criança durante o processo de descoberta em relação ao mundo que a rodeia, fica exposta a vários riscos. Para a mesma autora seria importante estudar, no âmbito da segurança infantil, a percepção da criança relativamente ao ambiente em que ela está inserida, e a forma como o adulto percebe o risco para a mesma criança no mesmo ambiente. Visto que nos primeiros anos o ambiente onde a criança se movimenta é gerido pelo adulto. Quanto melhor for a percepção da interacção da criança com os diferentes ambientes e a percepção dos adultos ao risco, ajudará os pais ou os responsáveis a saber quais as restrições a ter em diferentes situações, de modo que a exploração das crianças activas pelo mundo poder continuar num ambiente seguro.

Segundo Matos (2010), como as crianças crescem e os padrões fundamentais começam a estabilizar a detecção de *affordances*¹ torna-se mais previsível. Em períodos de rápidas modificações corporais alguns padrões motores também estão sob altas taxas de mudança. A combinação desses dois factores (dimensões do corpo e comportamento motor) influencia o modo como as crianças percebem e agem no mundo.

A percepção do risco por parte de crianças e adultos encontra-se patente nas experiências realizadas por Velde *et al* (2008). Estes autores recriaram um cenário com brinquedos, no qual crianças (5 a 7 anos de idade e dos 12 aos 20 anos) e adultos deveriam utilizar uma boneca para atravessar uma estrada, evitando colisão com os carros em movimento. De acordo com os resultados obtidos pelos mesmos investigadores as crianças mais jovens (5 a 7 anos de idade) tentaram atravessar com menos frequência, mas colidiam com os carros mais vezes do que os adultos, citado por Matos (2010).

¹ J. J. Gibson (1979) citado por Matos (2010) utilizou o termo “affordance” para descrever as possibilidades de intervenção previsto para o actor num ambiente. Para perceber “affordance”, é perceber como se pode intervir quando confrontados com um conjunto particular de condições de um ambiente.

1.3 O Jardim-de-infância

O jardim-de-infância (JI) também designado como estabelecimento de educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos de idade e o momento de ingresso no Ensino básico, conforme indica a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, a Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro.

O ensino pré-escolar estabelece como princípio geral a inserção da criança na sociedade como ser autónomo, solidário e livre, tendo como base a formação e o seu desenvolvimento equilibrado sendo complementar da acção educativa da família, (Ministério de Educação, 1997). Deste princípio geral foi estabelecido, na Lei nº5/97, os seguintes objectivos gerais pedagógicos:

- i. *“Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;*
- ii. *Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;*
- iii. *Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;*
- iv. *Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;*
- v. *Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;*
- vi. *Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;*
- vii. *Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e colectiva;*
- viii. *Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades, e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;*

- ix. *Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.”*

O educador de infância, devido a planificar as actividades que irá desenvolver com as crianças e por estar inserido na elaboração do projecto pedagógico (Ministério da Educação, 1996 citado por Albuquerque, 2007) é o agente mais preponderante na implementação dos objectivos que a Lei n.º5/97, reconhecendo que o cumprimento dos objectivos gerais pedagógicos depende de vários intervenientes do jardim-de-infância, a gestão do topo, profissionais de educação e auxiliar de acção educativa

1.4 Principais Funções do(a) Educador(a) de Infância e do(a) Auxiliar de Acção Educativa

Com base no Decreto-Lei n.º 241/2001, o educador de infância concebe e desenvolve o respectivo desenvolvimento da criança, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das actividades e projectos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas. Alguns dos objectivos do educador de infância no âmbito da organização do ambiente educativo é criar e manter as necessárias condições de segurança, de acompanhamento e de bem-estar das crianças.

A auxiliar de acção educativa é também um interveniente importante no dia-a-dia da criança no jardim-de-infância para além da educadora de infância, sendo atribuída segundo o Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de Julho, as seguintes funções:

- Participação com os docentes no acompanhamento das crianças durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- Cooperar nas actividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
- Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade.

1.5 A criança do Jardim-de-infância

As crianças dos 2 aos 7 anos, segundo Jean Piaget (1970) citado por Sprinthall & Sprinthall (1993), encontram-se no estágio pré-operatório, onde o pensamento sofre uma transformação qualitativa pois estas deixaram de estar limitadas ao seu meio sensorial imediato, como acontecia na fase anterior. A sua capacidade intelectual através de armazenamento de imagens (palavras e estruturas gramaticais da língua, por exemplo) aumenta diariamente a um ritmo espantoso. Nesta fase as crianças apresentam um pensamento pré-conceptual e intuitivo, onde os desejos se tornam realidade, sem preocupações lógicas e de grande imaginação.

Segundo Erikson (1959) citado por Sprinthall & Sprinthall (1993), a criança da faixa etária estudada “encontra-se em plena posse de um excedente de energia que lhe permite procurar aquilo que lhe parece desejável, ainda que lhe pareça também incerto e perigoso”. Segundo o autor, estas crianças situam-se no estágio Iniciativa versus Culpa. As crianças adquirem iniciativa, que juntamente com a autonomia e a vontade própria, permite-lhes participar, planear e envolver-se numa tarefa.

As crianças ao adquirirem progressivamente autonomia e independência, faz com que estas se sintam também mais confiantes naquilo que fazem, o que contribui para o desenvolvimento da sua auto-estima, favorecendo a construção da sua personalidade. (Sprinthall & Sprinthall, 1993)

As crianças em estudo já possuem e aperfeiçoam alguns movimentos, o que os torna mais “dominadores” de si mesmo: conseguem correr, saltar a pé juntos ou com o pé mas ainda com alguma dificuldade, rebolam, trepam, todas as crianças conseguem subir escadas sem ajuda e alternadamente com um pé atrás do outro, mas quando descem as escadas, algumas têm receio e descem degrau a degrau. Apresentam já aquisições motoras básicas, tais como andar, transpor obstáculos, manipular objectos de forma mais ou menos precisa (Ministério de Educação, 1997).

Na educação pré-escolar a criança já possui algumas aquisições motoras básicas, tais como andar, transpor obstáculos, manipular objectos de forma mais ou menos precisa (Ministério de Educação, 1997). A criança nesta altura já é mais autónoma do que fase anterior, quando frequentava a creche, onde necessitava de mais atenção e ajuda por parte das educadoras de infância e das auxiliares, por esse motivo a criança na pré-escola encontra

novos riscos, fruto da autonomia e sentido e exploração do que rodeia. No que respeita a estas crianças, estas tornam-se cada vez mais autónomas na medida em que vão transmitindo as suas opções, ideias, sem necessitar constantemente do adulto.

Conforme se pode constatar, pelo que foi dito anteriormente, as crianças desta faixa etária, apesar de serem mais independentes do que na fase anterior, e de não necessitarem de tanta atenção como anteriormente, devido à formação da sua personalidade, e espírito de perceber o mundo que a rodeia, pelos motivos anteriormente mencionados, o jardim-de-infância deve proporcionar toda a segurança exigida pela legislação em vigor, e os profissionais que trabalham com elas no seu dia-a-dia devem tomar todos os cuidados para que as crianças fiquem o menos possível expostas aos riscos existentes no seu jardim-de-infância.

As crianças do jardim-de-infância já sentem culpa em algumas ocasiões, por exemplo, quando brigam com um colega, originam o choro do mesmo ou irritação, leva-os a sentirem-se culpados e a desculparem-se, o que demonstra o sentido de responsabilização que começam a adquirir (Sprinthall & Sprinthall, 1993).

Os profissionais de educação devem aproveitar o facto de as crianças terem este sentimento de culpa e de seguir os exemplos do que observam, para quando acontece algum acidente ou quando observam algo de errado, para chamar à atenção essa criança e alertar o resto da turma para o que aconteceu ou poderia ter acontecido. Pelo que se verificou no questionário esta técnica era utilizada por uma grande parte dos agentes educativos.

1.5.1 Caracterização do Jardim Infância:

Neste ponto será abordado os requisitos que o jardim-de-infância deve cumprir com base na legislação e documentos de referência existente para cada um dos sub-temas do presente tema. Os sub-temas estudados são as condições estruturais de um jardim-de-infância, o recreio, a instalação eléctrica e organização de emergência e medidas contra incêndio.

1.5.1.1 Condições estruturais

O despacho conjunto 268/97 no ponto 9 e anexos, distingue algumas das condições de habitabilidade e de segurança que deverão ser consideradas no jardim-de-infância, tendo

como referência o documento “Exigências Funcionais e Construtivas para Edifícios Escolares” - LNEC, MOPTC, Lisboa, Abril de 1993, destacando-se as seguintes:

- i. Os materiais utilizados e ou revestimentos de pavimentos, paredes, tectos e de outros elementos construtivos deverão ser confortáveis (visual e tactilmente), resistentes, não tóxicos, não inflamáveis e de fácil manutenção;
- ii. Os materiais utilizados e ou revestimentos de pavimentos, paredes, tectos e de outros elementos construtivos não deverão apresentar arestas cortantes, ter esquinas com ângulos vivos, saliências ou superfícies rugosas que ponham em risco a integridade física dos que as contactarem directamente;
- iii. Os materiais e ou revestimentos a utilizar nas circulações, quer interiores quer exteriores, devem ser concebidos e aplicados de forma a evitar acidentes devidos a escorregamento (pisos escorregadios), a queda por obstrução (dimensão e geometria dos espaços de passagem), queda por desamparo (inclinações bruscas de escadas e rampas, ausência de corrimãos adequados) e a tropeçamento por ausência ou indicação da existência de obstáculos (saliências pontuais nos pavimentos ou degraus isolados, elementos verticais quebráveis sob a acção do choque, elementos transparentes não assinaláveis, insuficiente iluminação dos locais);
- iv. As vedações e guardas utilizadas, designadamente em escadas, janelas, varandas, galerias e coberturas, devem ter altura de protecção adequada ao fim e aos prováveis utilizadores, impedir a passagem através das guardas e ser estáveis, resistentes e plasticamente agradáveis;
- v. Os elementos de construção, as instalações e os equipamentos dos edifícios devem ser concebidos e dimensionados de modo a limitar o risco de deflagração de incêndio, dispondo de meios de detecção, de alarme, de alerta e de combate imediato (por exemplo: extintores de incêndio);
- vi. As instalações e os equipamentos eléctricos devem ser concebidos e localizados por forma a evitar a ocorrência de acidentes pessoais, nomeadamente devidos a electrocussão, explosão, queimaduras, e a sua manobra deve fazer-se sem perigo nem riscos de lesões para os utentes;

- vii. As instalações e os equipamentos de gás e outros combustíveis devem ser concebidos e localizados de forma a evitar a ocorrência de acidentes pessoais nomeadamente devidos a asfixia, intoxicação, explosão, queimaduras, e a sua manobra deve fazer-se sem perigo nem riscos de lesões para os utentes;
- viii. O ar ambiente no interior dos edifícios deve manter condições de qualidade apropriadas para a conservação da saúde dos ocupantes, não devendo conter gases, poeiras e aerossóis nocivos em teores excessivos.

Nos anexos do mesmo despacho encontra-se definido a caracterização dos espaços necessários ao desenvolvimento das actividades que ocorrem nos estabelecimentos de ensino. No referido despacho faz referência a duas realidades distintas, a dos estabelecimentos adaptados para a educação pré-escolar e a dos estabelecimentos construídos de raiz para a educação pré-escolar. Ao longo deste ponto, 3.3.1, serão destacados os requisitos que cada uma das realidades devem cumprir, e as principais diferenças se existirem.

1.5.1.2 Sala de actividades

A sua localização deve ser contígua a outra(s) sala(s) de actividades de comunicação fácil com os vestiários das crianças. Sempre que possível, a comunicação com o exterior deve ser fácil ou directa com o exterior. A área por criança deve ser de 2 m². O pavimento deve ser confortável, resistente, lavável, antiderrapante e pouco reflector de som. As paredes devem ser laváveis, não abrasivas e de cor clara. Devem permitir a fixação de expositores e quadros e garantir um bom isolamento térmico e acústico. As portas devem possuir uma largura mínima de 0,9 m e as janelas devem possuir um pano direito de 0,65 m de altura máxima. A ventilação deve ser natural, transversal superior.

Nos estabelecimentos adaptados para a educação pré-escolar a área da sala pode ser de 40 a 50m², o pé-direito de 2,6 a 3 m, e dependendo da área da sala o número máximo de utentes é de 20 a 25. Relativamente aos estabelecimentos construídos de raiz para a educação pré-escolar a área da sala é de 50m², o pé-direito de 3 m, e o número máximo de utentes é de 25.

1.5.1.3 Sala polivalente

A área útil deste espaço, quando existem outros níveis de ensino, deverá ser equacionada de acordo com a existência de espaços com finalidades semelhantes. A sua área deve ser conforme a dimensão do estabelecimento, mas recomenda-se que este espaço não seja inferior à área da sala de actividades. A constituição do pavimento, paredes, portas, janelas é igual à referida nas salas de actividades.

1.5.1.4 Instalações sanitárias/crianças

Deverá ser observada a proporção de uma sanita por cada 10 crianças (separadas por baias com um máximo de 1,2 m e sem portas), um lavatório/10 crianças (grandes, colocados à altura das crianças); um duche (água quente). Pelo menos uma sanita deverá ter «apoios» para as crianças com dificuldades de locomoção.

A sua localização deve ser o mais próximo da(s) sala(s) de actividades, permitindo fácil comunicação com a(s) mesma(s). O pavimento deve ser resistente à lavagem e de fácil manutenção. As paredes devem ter lambril lavável e impermeável e a restante parede pintada a tinta de água.

1.5.1.5 Espaço exterior

O espaço exterior organizado de forma a oferecer ambiente diversificados que permitam a realização de actividades lúdicas e educativas. Deve, quando possível, incluir área coberta, ponto de água e pequena arrecadação (material de exterior, de jardinagem, lenha, etc.). A organização e o apetrechamento do espaço exterior devem assegurar condições de segurança para a realização de múltiplas actividades.

A sua localização deve ser junto ou em volta do edifício e com acesso fácil às salas de actividades. Deverá ser delimitado de forma não agressiva (por exemplo com vedação ou sebe natural), mas de modo a garantir as condições de segurança do espaço.

1.5.1.6 Sala de refeições

A sala de refeições só é abordada na constituição dos estabelecimentos construídos de raiz. Os estabelecimentos adaptados para a educação pré-escolar não fazem referência a este espaço.

A área útil deste espaço, quando existem outros níveis de ensino, deverá ser equacionada de acordo com o número de utentes.

A localização deverá ser próxima da cozinha. A área referente a este espaço varia conforme a dimensão do estabelecimento e o número de utentes. Deve possuir Pé-direito 3 m. O pavimento deve ser confortável, resistente, lavável, antiderrapante e pouco reflector de som. As paredes devem ser laváveis, não abrasivas, cores claras, e permitir um bom isolamento térmico e acústico. A ventilação deve ser natural, transversal superior. Relativamente ao equipamento eléctrico as armaduras devem possuir lâmpadas fluorescentes com difusor de lamelas de alumínio puro e as tomadas de usos gerais com alvéolos protegidos e em circuitos independentes. Deve ainda possuir electrocutor de insectos.

1.5.1.7 Recreio

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (Ministério de Educação, 1997) definem recreio como um espaço privilegiado onde as crianças têm possibilidade de explorar e recriar o espaço e os materiais disponíveis.

O recreio ou espaço exterior é o local onde o educador pode partilhar momentos educativos, utilizando o espaço como um prolongamento do espaço interior, permitindo uma maior diversificação de oportunidades educativas, devido às crianças estarem a utilizar um espaço com características diferentes que o espaço interior (Ministério de Educação, 1997). Segundo, as orientações curriculares (Ministério de Educação, 1997), o recreio “é um local privilegiado onde as crianças têm possibilidade de explorar e recriar o espaço e os materiais disponíveis”.

O Decreto-Lei nº379/97 de 27 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 119/2009 de 19 de Maio, que regulamenta os requisitos de segurança dos espaços de jogo e recreio de modo a não colocar em perigo a saúde e segurança do utilizador e terceiros. O mesmo

regulamento define como espaço de jogo e recreio: *“área destinada à actividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância”*.

Devido ao espaço de recreio ser dos locais mais perigosos e onde ocorrem mais acidentes no jardim-de-infância, devido às crianças estarem livres de movimentos e também devido ao nível de perigosidade dos equipamentos instalados no recreio, é de extrema importância o cumprimento dos requisitos do regulamento mencionado no parágrafo anterior.

A sua localização não deve estar junto de zonas ambientalmente degradadas, de zonas exteriores utilizadas para carga, descarga e depósito de materiais e produtos ou de outras zonas potencialmente perigosas, nem de locais onde o ruído dificulte a comunicação e constitua uma fonte de mal-estar, conforme descrito no art.5º do DL n.º 379/97, alterado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de Maio.

- **Requisitos de segurança**

O fabricante ou seu mandatário ou o importador estabelecido na União Europeia de equipamentos destinados a espaços de jogo e recreio devem afixar, ainda, de forma visível, legível e permanente, sobre: a idade mínima e máxima dos utilizadores a quem se destina; o número máximo de utentes em simultâneo; e os avisos necessários à prevenção dos riscos inerentes à utilização do equipamento que estiver a ser utilizado.

Os equipamentos devem ser construídos de modo, aquando da fixação, garantam a sua estabilidade e resistência e não constituíam obstáculo que ponha em risco a saúde e segurança dos utilizadores.

Os equipamentos dos espaços de jogo e recreio não devem possuir: arestas vivas, rebarbas ou superfícies rugosas susceptíveis de provocar ferimento; lascas, pregos, parafusos ou qualquer outro material pontiagudo susceptível de causar ferimento; fixações ao solo salientes e cabos de fixação que possam constituir obstáculo pouco visível e susceptível de provocar acidente; cordas, cabos ou correntes pouco resistentes ou facilmente deterioráveis; superfícies que provoquem queimaduras, quer por contacto quer por fricção.

Os equipamentos dos espaços de jogo e recreio devem ser concebidos de forma que: as junções e as partes móveis não tenham aberturas que permitam prender partes do vestuário ou provocar entalões de partes do corpo; os adultos possam aceder a todas as partes do equipamento. As zonas elevadas acessíveis dos equipamentos devem ser correctamente protegidas, de modo a evitar o risco de queda accidental.

Para cada equipamento e superfície de impacte deve ser delimitada por uma área de utilização sendo esta constituída por três áreas: a área ocupada pelo equipamento e superfície de impacte; a área livre de obstáculos, que impeça quer as colisões entre os utilizadores quer as destes com o próprio equipamento; e a área de transição entre cada um dos equipamentos.

Deve ser feita uma marcação evidente das áreas de jogo activo associadas aos diversos equipamentos

- **Requisitos de segurança para equipamentos específicos**

Nos escorregas as superfícies de deslizamento devem ser concebidas de modo que a velocidade de descida seja razoavelmente reduzida no final da trajectória. As acelerações da velocidade do corpo resultante das variações da curvatura do escorrega devem ser limitadas, de modo a não provocarem acidentes devidos ao ressalto e a evitar que os utilizadores sejam projectados para fora da trajectória. A parte deslizante do escorrega deve ser de fácil acesso. A entrada da superfície de deslizamento deve ser concebida de modo a desencorajar qualquer tentativa de acesso na posição de pé.

Nos equipamentos que incluam elementos rotativos, estes devem ser concebidos de modo que os riscos de lesão sejam reduzidos ao mínimo, em particular quando o utilizador cai do elemento rotativo ou sai dele ainda em movimento. Os espaços entre os elementos rotativos do equipamento e as suas estruturas estáticas não devem permitir a introdução de partes do corpo, nem do vestuário, susceptíveis de prender o utilizador ao elemento rotativo.

Nos baloiços e outros equipamentos que incluam elementos de balanço, todos os elementos de balanço devem ter características apropriadas de amortecimento dos choques,

nomeadamente através do encabeçamento dos topos frontal e posterior do assento do baloiço por uma bordadura em material adequado a essa finalidade, de forma a evitar lesões se um desses elementos atingir o utilizador ou um terceiro. A colocação dos baloiços e de outro equipamento semelhante deve permitir a apreensão do movimento pendular e impedir o acesso pela retaguarda do equipamento.

- **Requisitos de segurança do solo e superfícies de impacte**

O solo para implantação dos espaços de jogo e recreio deve possuir condições de drenagem adequadas.

Não é permitida a utilização de superfícies de impacte constituídas por tijolo, pedra, betão, material betuminoso, macadame, madeira ou outro material rígido que impossibilite o amortecimento adequado do impacte.

1.5.1.8 Equipamentos e Materiais

Segundo o Despacho Conjunto 258/97 de 21 de Agosto existem três tipos de equipamento: o mobiliário; o material didáctico, de apoio e de consumo; e o material de exterior.)

Segundo o mesmo despacho Conjunto as prioridades de aquisição de equipamento, tomando em consideração as necessidades e os interesses do grupo de crianças, deverão satisfazer um conjunto de requisitos de qualidade, nomeadamente: qualidade estética; adequação ao nível etário; resistência adequada; normas de segurança; multiplicidade de utilizações; valorização de materiais naturais, evitando materiais sintéticos; utilização de materiais de desperdício.

Conforme é referido no ponto 3 do Despacho Conjunto 258/97, a segurança deve ser garantida a todos os níveis, desde a selecção dos materiais à sua utilização final, devendo ser respeitadas as normas legais em vigor neste domínio. A marca "CE" deve figurar em todos os brinquedos e material didáctico, de forma visível, legível e durável. Os compradores devem verificar se o nome e endereço do fabricante, do representante legal ou do seu importador vêm indicados no brinquedo ou na embalagem. Os utilizadores devem seguir as instruções do fabricante e respeitar a idade mínima aconselhada. Os brinquedos, e cada uma das peças que os compõem, devem ser suficientemente sólidos e estáveis para

resistirem a tensões e pressões sem se partirem ou danificarem. Na aquisição do mobiliário devem ser considerados os dados ergonómicos e antropométricos, para que se estimulem posturas correctas. Características como a solidez, a estabilidade, a fácil conservação e limpeza, são também factores a ter em consideração no design de todo o material. Os materiais de desgaste, designadamente os utilizados para o desenvolvimento da expressão plástica, não devem ser tóxicos, contundentes ou inflamáveis. As embalagens vazias e os desperdícios devem ser utilizados pela criança sem riscos de estrangulamento ou sufocação.

1.5.1.9 Riscos eléctricos

Segundo o Manual de Utilização e Exploração das Escolas, (Ministério da Educação, 2003) os quadros eléctricos, devem estar sempre fechados, desimpedidos e inacessíveis aos alunos. As instalações e os equipamentos eléctricos deverão estar protegidos contra contactos directos, de modo a proteger as pessoas dos riscos de contacto com peças em tensão. Todos os equipamentos eléctricos devem estar protegidos com dispositivos sensíveis a correntes diferenciais/residuais, os quais deverão ser periodicamente testados, no mínimo duas vezes por ano. Deverá ser substituída, imediatamente, toda a aparelhagem partida ou danificada

Os equipamentos audiovisuais e informáticos devem ser controlados e verificados com regularidade, assim como os respectivos cabos e fichas. Devem ser colocados sobre suportes estáveis, ao abrigo da humidade, em locais bem adaptados e com instalação eléctrica adequada. Todas as tomadas de corrente deverão estar ligadas à terra e, sempre que possível, não devem ser utilizadas tomadas de corrente múltiplas pelos riscos de sobre aquecimento do cabo eléctrico e do equipamento. As aberturas de ventilação dos aparelhos não podem ser obstruídas, mesmo ocasionalmente, com o seu encosto a paredes ou a outros obstáculos. Os aparelhos de televisão nunca devem ser encastrados nem ter objectos sobre eles, particularmente vasos ou jarras com plantas. O transporte dos equipamentos audiovisuais e informáticos, de um local para outro, deve ser realizado com cuidado para não comprometer o seu bom funcionamento (Ministério da Educação, 2003).

De modo a garantir a segurança de qualquer espaço do jardim-de-infância, deve ser dada especial atenção aos seguintes aspectos: substituir todos os condutores eléctricos em mau

estado de conservação; Investigar de qualquer parte de equipamento eléctrico com cheiro anormal; evitar a sobrecarga dos circuitos eléctricos, não ligando demasiados aparelhos na mesma tomada.

1.5.1.10 Organização de emergência

Segundo o Manual de Utilização e Exploração das Escolas (Ministério da Educação, 2003), deve-se assegurar que todas as instalações eléctricas, de gás e de aquecimento, assim como todos os aparelhos e equipamentos eléctricos, incluindo os afectos à segurança contra incêndio, sejam mantidos em perfeitas condições de funcionamento.

De modo a prevenir situações de emergência, ou para saber agir mais o mais prontamente e com a agilidade necessária o jardim-de-infância deve elaborar um Plano de Segurança Interno.

A portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro define plano de segurança como um “conjunto de medidas de autoprotecção (organização e procedimentos) tendentes a evitar a ocorrência de incêndios e a limitar as suas consequências. É composto por um plano de prevenção, um plano de emergência e os registos de segurança”.

- **Medidas de autoprotecção**

Entende-se por medidas de autoprotecção as medidas de organização e gestão da segurança no decurso da exploração dos respectivos espaços dos edifícios, dos estabelecimentos e dos recintos que devem possuir, de acordo com a portaria n.º 1532/2008.

Para efeitos da portaria n.º 1532/2008, no que respeita à organização e gestão da segurança e às medidas de autoprotecção, entende-se por:

- Plano de actuação, é um documento, componente do plano de emergência, no qual está indicada a organização das operações a desencadear pelo delegado e agentes de segurança (equipa de segurança), em caso de ocorrência de uma situação perigosa;
- Plano de evacuação, documento, componente do plano de emergência, no qual estão indicados os caminhos de evacuação, zonas de segurança, regras de conduta

- das pessoas e a sucessão de acções a terem lugar durante a evacuação de um local, estabelecimento, recinto ou edifício, em caso de incêndio;
- Plano de emergência interno, documento no qual estão indicadas as medidas de autoprotecção a adoptar, por uma entidade, para fazer face a uma situação de incêndio nas instalações ocupadas por essa entidade, nomeadamente a organização, os meios humanos e materiais a envolver e os procedimentos a cumprir nessa situação. Contém o plano de actuação e o de evacuação;
 - Plano de prevenção, documento no qual estão indicados a organização e os procedimentos a adoptar, por uma entidade, para evitar a ocorrência de incêndios e para garantir a manutenção do nível de segurança decorrente das medidas de autoprotecção adoptadas e a preparação para fazer face a situações de emergência
 - Registos de segurança, conjunto de documentos que contém os registos de ocorrências relevantes e de relatórios relacionados com a segurança contra incêndios. As ocorrências devem ser registadas com data de início e fim e responsável pelo seu acompanhamento, referindo-se, nomeadamente, à conservação ou manutenção das condições de segurança, às modificações, alterações e trabalhos perigosos efectuados, incidentes e avarias ou, ainda, visitas de inspecção. De entre os relatórios a incluir nos registos de segurança, destacam-se os das acções de instrução e de formação, dos exercícios de segurança e de eventuais incêndios ou outras situações de emergência;
 - Equipas de segurança, para concretização das medidas de autoprotecção, o responsável de segurança (RS) estabelece a organização necessária, recorrendo a funcionários, trabalhadores e colaboradores dos jardins-de-infância. Os elementos nomeados para as equipas de segurança da utilização-tipo são responsabilizados pelo RS, relativamente ao cumprimento das atribuições que lhes forem cometidas na organização de segurança estabelecida.

- **Extintores**

De acordo com a portaria n.º 1532/2008 todas as instalações devem ser equipadas com extintores devidamente dimensionados e adequadamente distribuídos, de forma que a distância a percorrer de qualquer saída de um local de risco para os caminhos de evacuação

até ao extintor mais próximo não exceda 15 m. A distribuição dos extintores, de modo a ficarem devidamente distribuídos deverá estar à razão de 18 litros de agente extintor padrão por 500 m² ou fracção de área de pavimento do piso em que se situem; se existir mais que um piso a razão é de 200 m² de pavimento do piso ou fracção, com um mínimo de dois por piso.

Os extintores devem ser convenientemente distribuídos, sinalizados sempre que necessário e instalados em locais bem visíveis, colocados em suporte próprio de modo a que o seu manípulo fique a uma altura não superior a 1,2 m do pavimento e localizados preferencialmente nas comunicações horizontais ou, em alternativa, no interior das câmaras corta-fogo, quando existam; no interior dos grandes espaços e junto às suas saídas, conforme indica a portaria n.º 1532/2008.

É de extrema importância conhecer a localização dos extintores, saber utilizá-los, verificar se o agente de cada extintor é o adequado para o tipo de fogo que é provável ocorrer no local e verificar se estão completamente cheios e com a pressão adequada, de acordo com o manual de utilização e exploração das escolas (Ministério da Educação, 2003).

- **Caminhos de evacuação**

Para evacuação do jardim-de-infância ser efectuada devidamente, no caso de haver alguma emergência, os caminhos de evacuação devem manter-se permanentemente desimpedidos de obstáculos e em condições de utilização.

De modo a verificar se os caminhos de evacuação estão devidamente desobstruídos deve-se ter em atenção aos seguintes aspectos, (Ministério da Educação, 2003): “o mobiliário e o equipamento dos locais devem ser dispostos de maneira a que os percursos de acesso às saídas fiquem perfeitamente desimpedidos; nos caminhos de evacuação não devem ser colocados quaisquer objectos ou materiais que prejudiquem a evacuação dos ocupantes ou que possam cair sobre eles; todas as portas dispostas ao longo dos caminhos de evacuação devem estar desimpedidas, permitindo a sua fácil e rápida manobra; nenhuma porta disposta ao longo dos caminhos de evacuação deve ser mantida fechada com chave, durante os períodos de ocupação dos edifícios, e deve poder abrir-se facilmente pelo lado interior.”

- **Sinalização de emergência**

A informação contida na sinalização de emergência deve ser disponibilizada a todas as pessoas a quem essa informação seja essencial numa situação de perigo ou de prevenção relativamente a um perigo, de acordo com o disposto na portaria n.º 1532/2008.

Segundo a portaria n.º 1532/2008, não devem ser dispostas placas, publicitárias ou não, nem outros objectos, que, pela intensidade da sua iluminação ou pela sua forma, cores ou dimensões, possam ocultar os dispositivos de sinalização ou iludir os ocupantes, confundindo-os.

Conforme a portaria referida no parágrafo anterior refere, a localização da sinalização de emergência deve atender aos seguintes aspectos:

- i. A sinalização dentro dos locais de permanência deve ser claramente distinguível de qualquer ponto desse local.
- ii. Toda a sinalização referente às indicações de evacuação e localização de meios de intervenção, alarme e alerta, quando colocada nas vias de evacuação, deve estar na perpendicular ao sentido das fugas possíveis nessas vias.
- iii. Nos locais de mudança de direcção das vias referidas deve ser colocada sinalização adequada ao sentido da fuga a tomar, de forma inequívoca.
- iv. A distância de colocação das placas nas vias de evacuação e nos locais de permanência deve variar entre 6 e 30 m.
- v. Nos locais de permanência e nas vias horizontais de evacuação acessíveis a público deve ser visível uma placa indicadora de saída ou de sentido de evacuação, pelo menos, a partir de qualquer ponto susceptível de ocupação.
- vi. Nas vias verticais de evacuação devem ser montadas placas, pelo menos, no patamar de acesso, indicando o número do andar ou a saída, se for o caso, e no patamar intermédio, indicando o sentido da evacuação.
- vii. As placas de sinalização devem ser colocadas o mais próximo possível das fontes luminosas existentes, a uma distância inferior a 2 metros em projecção horizontal, mas não coladas sobre os aparelhos. Exceptuando-se, a sinalização colocada directamente sobre os difusores de uma ou de duas faces em vias de evacuação e em locais onde o pictograma sobre os equipamentos não prejudique os níveis de

iluminação mínimos a garantir nem as dimensões mínimas legais das placas face às distâncias de visibilidade.

- **Primeiros socorros**

Segundo a lei 102/2009 de 10 de Setembro a empresa ou o estabelecimento, qualquer que seja a modalidade do serviço de segurança e saúde no trabalho, deve ter uma estrutura interna que assegure as actividades de primeiros socorros.

Capítulo II – Materiais e Métodos

2.1 Tipo de Estudo

O presente estudo teve como objectivo avaliar na perspectiva da segurança, a percepção de risco por parte de profissionais de educação. O reconhecimento por parte da escola e dos seus principais intervenientes de temáticas associadas, directa ou indirectamente à segurança, constituiu a base deste trabalho. O estudo assumiu um carácter transversal e exploratório, uma vez que os participantes foram objecto de auscultação, num determinado momento específico, não tendo sido efectuado qualquer acompanhamento dos mesmos, após a obtenção dos resultados. Atendendo às restrições de tempo e consequente tamanho da amostra (8 Jardins-de-Infância, respostas obtidas de 34 Educadoras de Infância e de 34 Auxiliares da Acção Educativa), este estudo pretendeu ser uma análise preliminar a estabelecimentos de educação com esta tipologia. Sendo o domínio da segurança, uma área pouco explorada, pretendeu-se com base em pressupostos teóricos referenciados na legislação, efectuar uma avaliação sistemática sobre a percepção do risco face a aspectos relacionados com as infra-estruturas e o funcionamento e da organização em geral.

O instrumento utilizado na avaliação da percepção das educadoras de infância e das auxiliares de acção educativa, foi o inquérito por questionário, visto ser o instrumento mais recomendado para avaliar atitudes, opiniões, percepções e valores de acordo com Coutinho (2005:122) citada por Marques (2009).

2.2 Participantes – Jardins-de-infância

No levantamento de informações para saber quantos e quais os jardins-de-infância existentes no concelho da Maia procedeu-se à pesquisa na internet, e foi efectuado pedidos de informações a vários organismos públicos.

Para este estudo foram contactadas 35 instituições através de contacto telefónico e correio electrónico, tendo no entanto só conseguido explicar o objectivo do estudo a 24 jardins-de-infância.

2.3 Elaboração do questionário

Na realização de um inquérito por questionário como instrumento de recolha de dados, de acordo com Carmo & Ferreira (1998), deve-se ter em atenção a um conjunto de pontos, tais como:

- Definir os objectivos de estudo;
- Formalizar as hipóteses e questões orientadoras;
- Identificar as variáveis relevantes,
- Seleccionar a amostra adequada;
- Elaborar o instrumento de recolha de dados;
- Testá-lo;
- Iniciar a pesquisa efectuando a distribuição dos questionários;
- Para finalizar efectuar o tratamento de dados.

Na elaboração do questionário, para o presente estudo, foi inicialmente realizada uma pesquisa sobre as condições estruturais e de funcionamentos relativas à segurança dos jardins-de-infância. A pesquisa incidiu sobre a seguinte legislação e documentos de referência da área em estudo:

- i. Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro: Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar;
- ii. Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas, de 2003;
- iii. Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, 1997;
- iv. Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto: Define os critérios a utilizar pelos estabelecimentos de educação pré-escolar, quanto à escolha das instalações e do equipamento didáctico;
- v. Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho: Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento;

- vi. Despacho conjunto n.º 268/97: Garante o alargamento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar. No sentido de assegurar que o processo de desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar respeite critérios que salvaguardem a qualidade educativa, torna-se necessário, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, definir os requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar;
- vii. Decreto-Lei n.º 133-A/97 de 30 de Maio: O presente diploma define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos, adiante designados por estabelecimentos, em que sejam exercidas actividades de apoio social do âmbito da segurança social relativas a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social;
- viii. Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro: estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacto, destinados a crianças, necessárias para garantir a diminuição dos riscos de acidente, de traumatismos e lesões acidentais, e das suas consequências;
- ix. Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de Maio: altera parcialmente o Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro, adequando -o à realidade actual, de modo a melhor cumprir os seus objectivos
- x. Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro: estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, abreviadamente designado por SCIE;
- xi. Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro: regulamentação técnica das condições de segurança contra incêndio em edifícios e recintos, a que devem obedecer os projectos de arquitectura, os projectos de SCIE e os projectos das restantes especialidades a concretizar em obra, designadamente no que se refere às condições gerais e específicas de SCIE referentes às condições exteriores comuns, às condições de comportamento ao fogo, isolamento e protecção, às condições de evacuação, às condições das instalações técnicas, às condições dos equipamentos e sistemas de segurança e às condições de autoprotecção, sendo estas últimas

igualmente aplicáveis aos edifícios e recintos já existentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro;

- xii. Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio: aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

Na sequência da pesquisa efectuada, foi estruturado o questionário. Após a sua elaboração, foi testado junto de uma população idêntica ao público-alvo, através de um pré-teste, de modo a verificar se as questões se encontram correctamente estruturadas e averiguar a sua pertinência no meio a estudar. O questionário do pré teste foi distribuído em formato de papel de modo a que os profissionais de educação de jardim-de-infância emitsem a sua opinião no próprio. A alteração de maior destaque foi efectuada na questão n.º 2.1. do segundo grupo do questionário, consistindo na modificação de uma pergunta “aberta” para uma pergunta de resposta de escolha múltipla. A questão em causa, estava constituída de modo a que os inquiridos descrevessem os acidentes que já tinham ocorrido na sua vida profissional, na versão final do questionário, descreve vários tipos de acidentes e os inquiridos assinalam o tipo de acidente que já ocorreu na sua carreira profissional.

2.3.1 Constituição do Questionário

O questionário foi estruturado com perguntas abertas e fechadas.

O questionário é constituído por três grupos. O primeiro grupo, correspondendo às variáveis independentes, é relativo à caracterização do inquirido onde são solicitados dados gerais, tais como, a idade, o género, habilitações literárias e se possui formação no âmbito da segurança, higiene e saúde. As questões do segundo grupo descrevem a tipologia de acidentes já ocorridos na vida profissional dos inquiridos e quais as medidas adoptadas pelos mesmos, de modo a que os acidentes não voltassem a ocorrer. O terceiro grupo, Segurança, Higiene e Saúde nos Jardins de Infância, é dividido em 7 subgrupos, estando estes associados:

- i. À opinião do inquirido sobre os riscos associados a determinados espaços do jardim-de-infância;
- ii. A determinados aspectos das condições estruturais do jardim-de-infância;

- iii. Ao espaço de recreio;
- iv. Aos equipamentos e materiais;
- v. Aos riscos eléctricos;
- vi. À organização de emergência;
- vii. A aspectos gerais.

Na construção do instrumento de avaliação no terceiro grupo foi utilizada a escala de resposta do tipo Likert de cinco opções, tendo sido as escalas utilizadas, as seguintes:

- i. Nos subgrupos 3.1, 3.4, 3.6: Nenhum risco, Pouco risco, Sem opinião, Algum risco e Muito risco;
- ii. Nos subgrupos 3.2, 3.3, 3.7: Totalmente desacordo, Em desacordo, Sem opinião, De acordo e Totalmente de acordo;
- iii. Nos subgrupos 3.5: Nunca, Raramente, Sem opinião, Algumas vezes e Sempre.

As perguntas foram realizadas de modo a que o nível mais elevado correspondesse à melhor percepção do profissional de educação do jardim-de-infância,

As questões que se encontram a vermelho no questionário, anexo I, são questões em que a resposta apresentada teve de ser reconvertida, visto o sentido da pergunta estar contrário de todas as outras. Assim sendo, caso do inquirido responder “Nenhum risco” passa a ser considerado “Muito risco”.

A versão final do questionário foi disponibilizada, aos inquiridos em formato digital através da ferramenta “Google forms”.

2.4 Tratamento de Dados

Na análise estatística foi utilizado o software informático “*PredictiveAnalyticsSoftWare*” (PASW) Statistics®, versão 18.0 para o Microsoft Windows®.

Aquando a construção da base de dados no programa informático anteriormente referido, as opções de resposta foram codificadas com algarismos numéricos, exceptuando-se as respostas acerca da idade, ano de conclusão do curso mais recente e tempo de experiência profissional, devido a estas já serem respondidas com algarismos numéricos.

Relativamente ao grupo 3 do questionário, a codificação teve de ser a mesma em todo o capítulo devido às respostas serem referentes a uma escala. As opções de resposta do referido capítulo foram codificadas com valores de 1 a 5, onde 1 equivale à opção mais baixa a nível de percepção (pouco risco/totalmente desacordo/nunca, dependendo do subcapítulo avaliado) e 5 equivale à opção mais elevada (muito risco/totalmente acordo/sempre dependendo do subgrupo avaliado). Devido a existirem perguntas com sentido diferente das restantes, foi efectuada a reconversão das respostas pertencentes dessas perguntas, para o correcto tratamento de dados. Na reconversão das respostas, foi utilizado o programa informático já referido anteriormente, e sempre que for inserido o código de resposta do inquirido na base de dados o programa efectua a troca de códigos, deste modo sempre que for inserido o valor 1 equivale ao 5, 2 equivale ao 4, 3 equivale ao 3, 4 equivale ao 2 e o 5 equivale ao 1.

Capítulo III – Resultados e Discussão

No presente capítulo apresenta-se uma análise descritiva dos dados obtidos pelas categorias profissionais estudadas, conforme se pode verificar no ponto 4. No ponto 5 são analisados os objectivos propostos no presente estudo.

3.1 Análise descritiva dos dados obtidos

3.1.1 Caracterização de amostra

Dos contactos elaborados obteve-se resposta ao questionário de oito jardins-de-infância do concelho da Maia, e um total global de 73 profissionais.

Da amostra recolhida, como se pode observar na tabela II, as categorias profissionais que mais responderam ao questionário foram as educadoras de infância com 34 respostas, e as auxiliares de acção educativa com o mesmo número de respostas. Devido à amostra das restantes categorias profissionais ter sido baixa e por serem as educadoras de infância e auxiliares de acção educativa que partilham mais momentos e locais com as crianças, o tratamento estatístico dos dados conseguidos, irão ser tratados com base nas respostas obtidas por estas últimas categorias profissionais.

As respostas ao questionário foram efectuadas apenas por profissionais do sexo feminino. A tabela III mostra a distribuição das classes de idades da amostra inquirida, evidenciando que as educadoras apresentam idades entre os 26 aos 30 anos e as auxiliares os 36 aos 40 anos.

Tabela II: Categoria Profissional dos inquiridos

Categoria Profissional	N.º de respostas
Direcção	2
Direcção técnica	0
Coordenação pedagógica	6
Educador(a) de infância	34
Auxiliar de acção educativa	34
Outra	4
Total	80

Tabela III: Faixa etária dos inquiridos conforme a categoria profissional

Grupo Etário	Educador (a) de infância	Auxiliar de acção educativa
16 aos 20 anos	0	1
21 aos 25 anos	3	1
26 aos 30 anos	11	6
31 aos 35 anos	6	6
36 aos 40 anos	5	9
41 aos 45 anos	3	3
46 aos 50 anos	2	6
51 aos 55 anos	3	1
Total	33	33

Relativamente às habilitações literárias das inquiridas, a maior percentagem é referente à licenciatura/bacharelato e ao ensino secundário, conforme se verifica na figura I. O motivo pelo qual a licenciatura/bacharelato ser a habilitação literária predominante, é que as educadoras de infância só poderem leccionar se possuir no mínimo esse grau, porém, para ser auxiliar de acção educativa não existe nenhum requisito, embora existam cursos técnicos no âmbito desta categoria profissional.

A figura II mostra a obtenção de formação em função da categoria profissional evidenciando que as auxiliares de acção educativa possuíam mais formação em segurança em relação às educadoras de infância. Os dados obtidos, conforme se pode observar na tabela IV, referem que ambas as categorias tiveram alguma formação em segurança, higiene e saúde, tendo sido referido como justificação, motivos profissionais. A análise dos dados permitiu ainda verificar que foram as auxiliares de acção educativa que mencionaram mais o “curso” como motivo para a formação, ficando em aberto a questão sobre a inclusão de conteúdos sobre a segurança, higiene e saúde em meio escolar, em unidades curriculares do curso de Educadores de Infância. A opção “curso” foi colocada nesta pergunta, de modo a verificar, se os profissionais de educação em jardins-de-infância tiveram alguma unidade curricular na sua formação-base que aborda-se este tema.

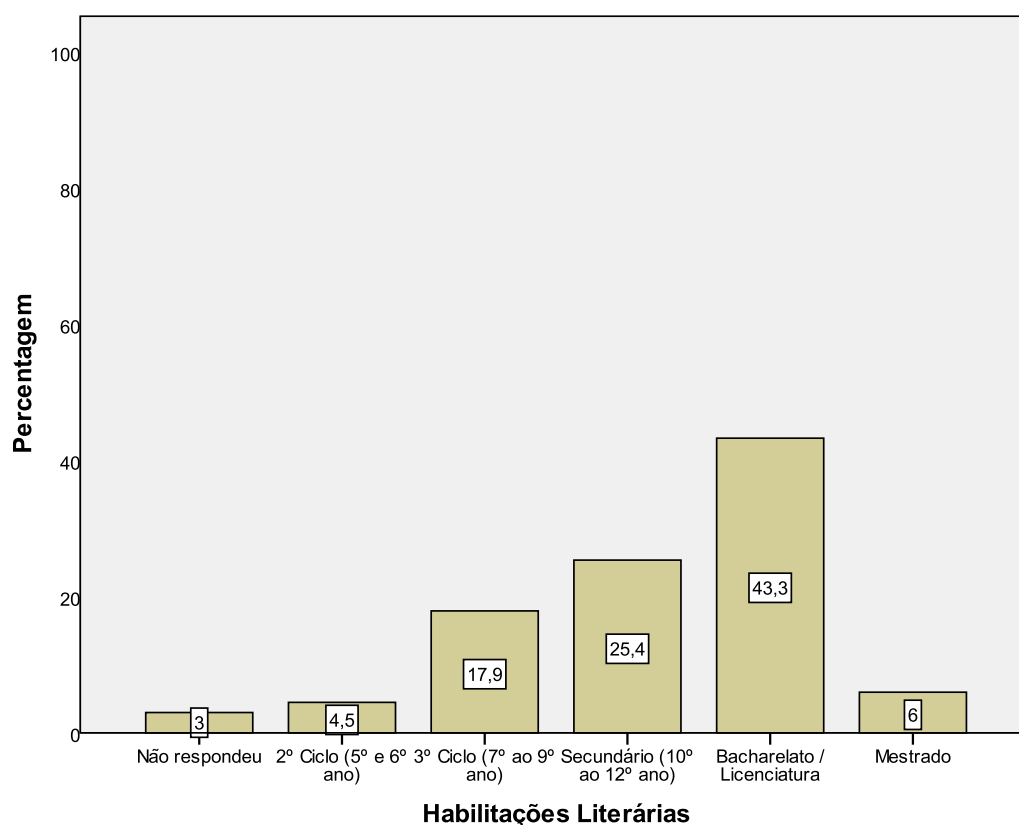


Figura I: Habilitações literárias dos inquiridos

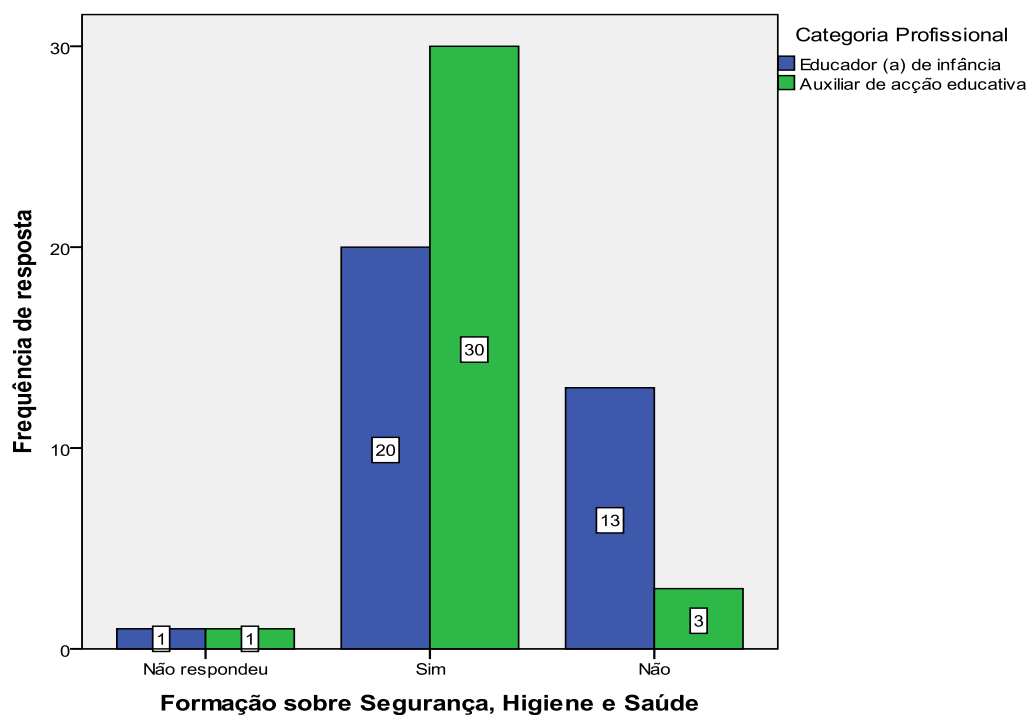


Figura II: Obtenção de formação em função da categoria profissional

Tabela IV: Análise do motivo de formação por parte das Educadoras de Infância e Auxiliares de Acção Educativa

Motivo Formação	Educadora Infância	Auxiliar de acção educativa
Pessoal	7	8
Profissional	15	21
Curso	7	11
Outro	1	0
Não respondeu	14	4

3.1.2 Informação sobre acidentes no jardim-de-infância

O questionário, aborda no capítulo 2 (ver anexo I), a tipologia de acidentes ocorridos nos Jardins-de-infância e as medidas adoptadas pelos profissionais

A tabela V identifica o tipo de acidente ocorrido, listando-os por uma ordem numérica.

Os exemplos dos acidentes dados como opção para os inquiridos responderem, encontram-se na tabela V.

Tabela V: Relação da tipologia dos acidentes, utilizada na figura III, com a descrição destes

Listagem de Acidentes	Descrição do acidente
1	A criança magoou-se enquanto brincava com um equipamento no recreio.
2	A criança magoou-se quando se encontrava a brincar no espaço de recreio
3	A criança magoou-se na sala por esta não estar devidamente organizada
4	A criança magoou-se devido ao pavimento estar húmido
5	A criança asfixiou com a comida
6	A criança teve uma intoxicação alimentar
7	A criança queimou-se com a comida/pratos/recipientes
8	A criança entalou os dedos na porta
9	A criança asfixiou com um objecto que se encontrava na sala
10	A criança magoou-se por estar a brincar com um brinquedo que não era apropriado para a idade dela
11	A criança ingeriu substâncias perigosas (detergentes, tintas, etc.)
12	A criança teve contacto com um produto que era alérgica
13	A criança teve uma queda de uma cadeira/escadas/varanda/janela/etc.
14	A criança foi atropelada à chegada ou saída do Jardim de Infância
15	A criança ingeriu um alimento que era alérgica
16	Outro:

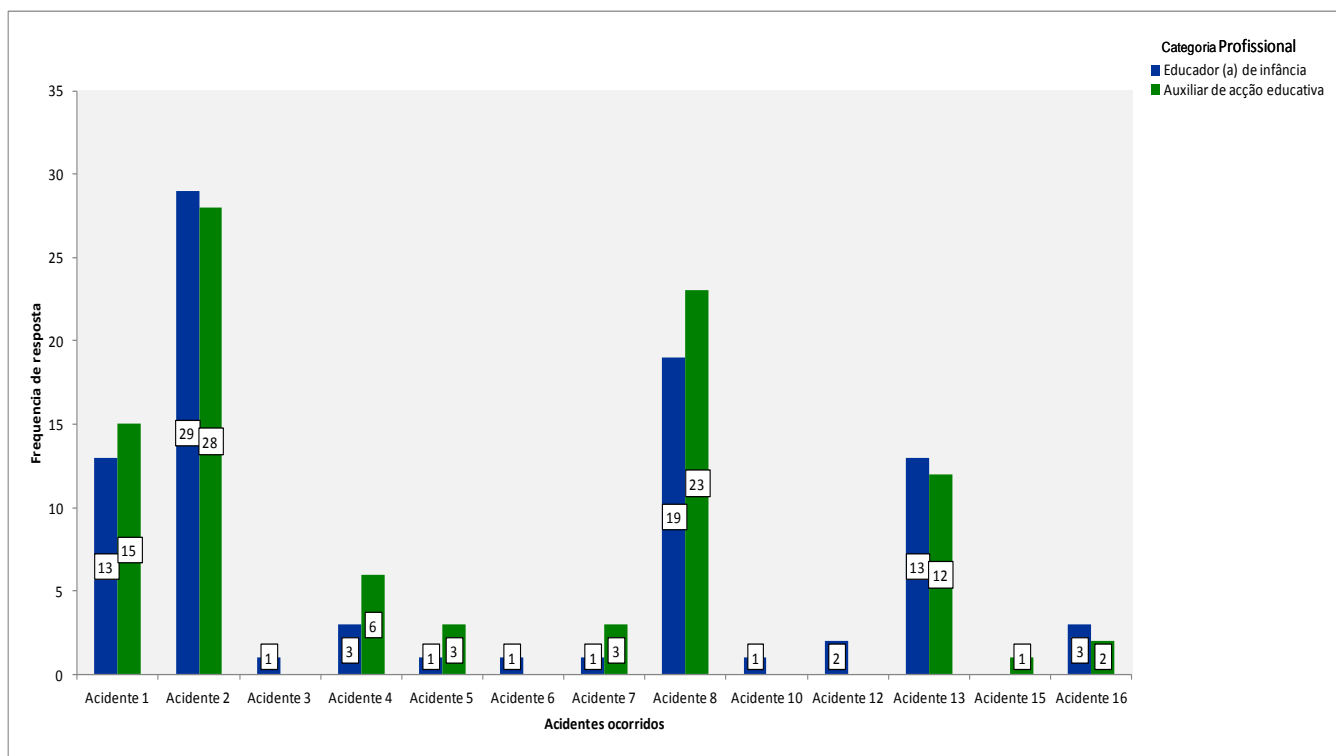


Figura III: Identificação da tipologia de acidente em função da categoria profissional

Os resultados deste estudo mostraram que é no recreio é onde ocorre mais acidentes tendo sido identificado por ambas as categorias profissionais. Seguido a este tipo de acidente, foram identificados “entalar dedos nas portas” e acidentes com “equipamentos existentes no recreio” conjuntamente com a ingestão de algum alimento alérgico, como os acidentes mais representativos. Os resultados obtidos neste estudo estão de acordo com os apresentados pelo Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer (EHLASS), conforme consta no Decreto-Lei 379/97 de 27 de Dezembro, onde refere que é no recreio onde ocorrem mais acidentes.

Os dados obtidos permitem corroborar a informação incluída no estudo de Hohmann e Weiker (1997, p.212) citado por Albuquerque (2007), que refere que as crianças podem exprimir-se de maneira diferente no recreio do que da sala de actividades. No exterior as crianças são livres de correr e saltar, atirar bolas, realizar exercícios de equilíbrio, etc.

Conforme se pode observar na tabela I, no ponto sobre acidentes em meio escolar, as “quedas” e as “agressões involuntárias/choques” são as tipologias de acidentes mais ocorridas nos 3 ciclos estudados por Reis (2005). A probabilidade de os acidentes terem ocorrido no recreio, é grande, devido a este tipo de acidentes serem típicos de ocorrer nos

recreios. Se estes acidentes ocorreram nos recreios vem a reforçar os resultados do presente estudo que, como se pode verificar, o recreio é o local onde ocorrem mais acidentes, de acordo com as respostas obtidas por parte das educadoras de infância e das auxiliares de acção educativa.

Após a resposta à tipologia dos acidentes ocorridos na carreira profissional das inquiridas, foi realizada a seguinte questão, “No caso de já terem ocorrido acidentes com as crianças, tomou alguma iniciativa para evitar que acidentes idênticos voltassem a acontecer?”. A maioria respondeu que sim. As principais medidas indicadas foram as que se encontram na tabela VI.

Tabela VI: Medidas adoptadas por parte dos inquiridos relativamente aos acidentes ocorridos

Medidas adoptadas	Frequência
Aumento da vigilância nas crianças	19
Avisar os superiores sobre os acidentes e possíveis medidas a adoptar	11
Reorganização do espaço	13
Aumento da frequência da manutenção dos espaços	1
Avisar os restantes profissionais sobre as alergias das crianças	1
Ajuste da ementa da escola	1
Adequação dos equipamentos e materiais à faixa etária	2
Melhoramento das infra-estruturas	1
Reorganização das tarefas	5
Colocação de sinalização sobre o piso húmido	1

Como se pode verificar na tabela VI, após os acidentes ocorridos a medida mais adoptada foi o aumento da vigilância para evitar que ocorram novamente. Esta medida evidencia a importância da comunicação entre profissionais de educação, exemplificando assim os acidentes, de modo a que esses acidentes voltem a ocorrer com outro colega de trabalho, demonstrando que os acidentes não acontecem só aos outros (Silva, 2008).

Como motivos para não adoptar medidas foram obtidas 2 respostas:

- i. “Porque se tratavam de acidentes relacionados com os espaços/equipamentos existentes, que fazem parte da construção do espaço. (Por ex.: chão em cimento do recreio; banco de madeira recreio, etc.).”
- ii. “A criança, no primeiro caso, caiu porque tropeçou a correr nos próprios pés e no segundo caso, porque foi outra criança que fechou a porta.”

3.1.3 Segurança, Higiene e Saúde nos Jardins-de-Infância

Ao longo deste ponto são apresentados os resultados obtidos sobre a percepção do risco em relação a alguns aspectos de segurança, higiene e saúde no jardim-de-infância. Como foi referido anteriormente, as perguntas tiveram como referência suporte legal e documentação de referência.

No caso do somatório das respostas não coincidir com a amostra analisada, 68 respostas, significa que não houve resposta por parte da inquirida.

3.1.3.1 Percepção do Risco associado aos espaços do jardim-de-infância por parte dos inquiridos

Na figura IV, estão identificados os espaços mais perigosos do jardim-de-infância referidos pelas profissionais. O recreio é o espaço que reúne mais consenso quanto ao local considerado como mais perigoso. Outros espaços que foram referidos como sendo perigosos é o refeitório e as instalações sanitárias, embora as respostas por parte das duas categorias profissionais estejam mais distribuídas, em relação ao perigo que estes locais podem causar às crianças.

As salas de actividades foram consideradas como locais com pouco risco, talvez pelo facto de serem locais onde as profissionais possuem mais domínio e por serem estas a organizar este espaço.

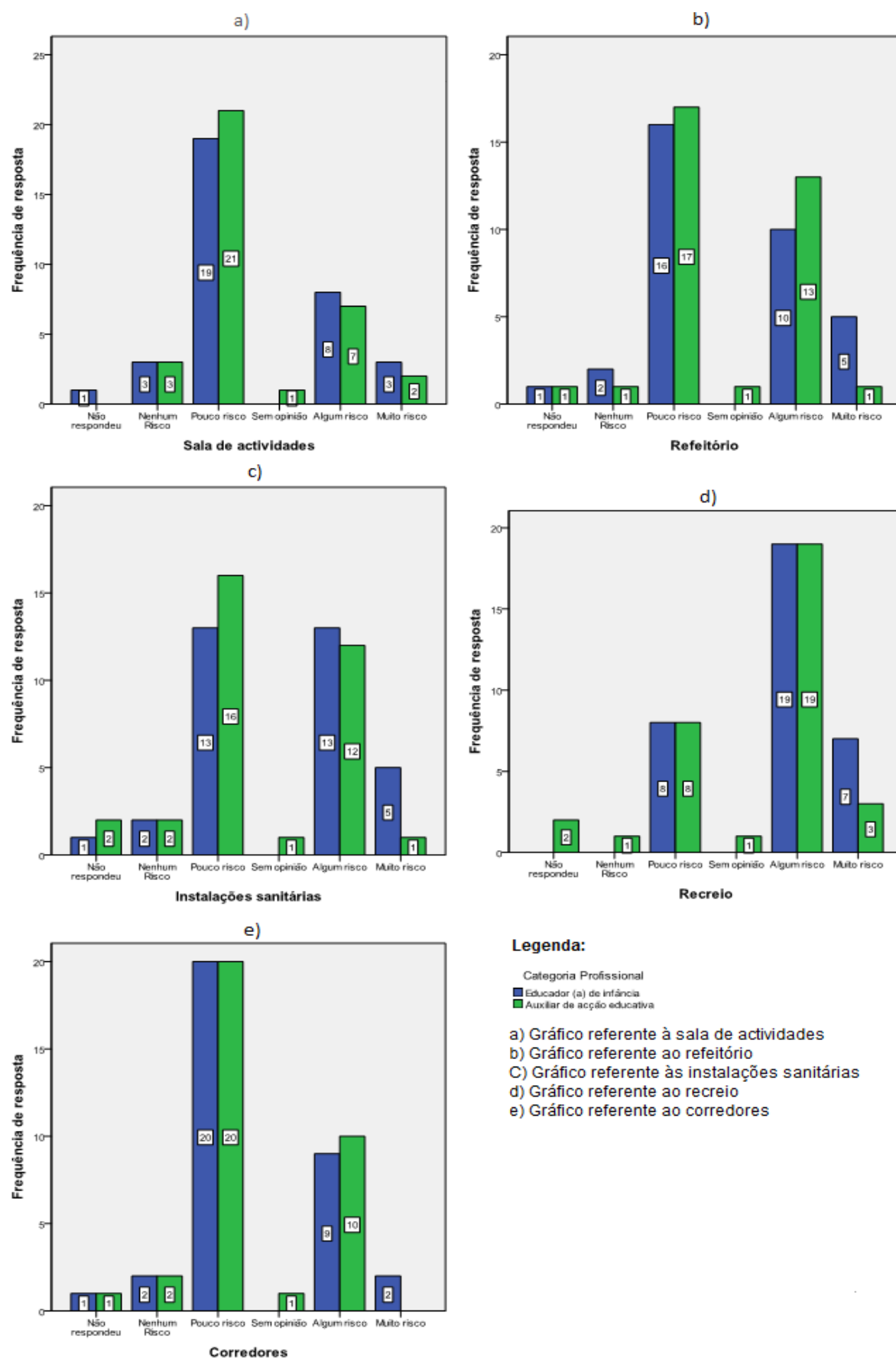


Figura IV: Nível de risco associado aos espaços do jardim-de-infância, por categoria profissional

Os resultados mostraram que a percepção do risco em relação aos locais é muito similar entre as duas categorias profissionais.

Como já referido anteriormente, o recreio é o espaço onde existe mais perigo.

3.1.3.2 Condições estruturais

A análise descritiva sobre as condições estruturais, é apresentada na figura V. As letras, de A a G, que se encontram na tabela VII, correspondem às perguntas realizadas no questionário respeitantes ao grupo “Condições estruturais”. De acordo com os resultados obtidos, a maioria das inquiridas respondeu “De acordo” e “Totalmente de acordo” em relação às questões colocadas acerca à estrutura física do jardim-de-infância. As respostas dadas pelas profissionais, foram de encontro às exigências da legislação e a documentação de referência, demonstrando conhecimento dos riscos que poderão advir no caso do não cumprimento dos requisitos exigidos pela legislação já referida.

Tabela VII: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário

Pergunta realizada no questionário	Codificação Alfabética
Os pavimentos, as paredes e os tectos do Jardim de Infância devem ser constituídos de materiais de difícil degradação	A
* As paredes, os pavimentos e tectos do Jardim de Infância devem ser resistentes ao fogo	B
Os materiais utilizados e/ou revestimentos de pavimentos, paredes, tectos e de outros elementos construtivos não deverão apresentar arestas cortantes, ter esquinas com ângulos vivos, saliências ou superfícies rugosas	C
* As escadas devem possuir corrimão	D
Os degraus das escadas devem ser antiderrapantes	E
Os pavimentos não devem apresentar desníveis	F
As lâmpadas devem ter dispositivos de protecção, para prevenir a queda da lâmpada	G

Nota 1: (*) O sentido da pergunta foi alterado, devido a ter havido uma alteração no sentido da resposta.

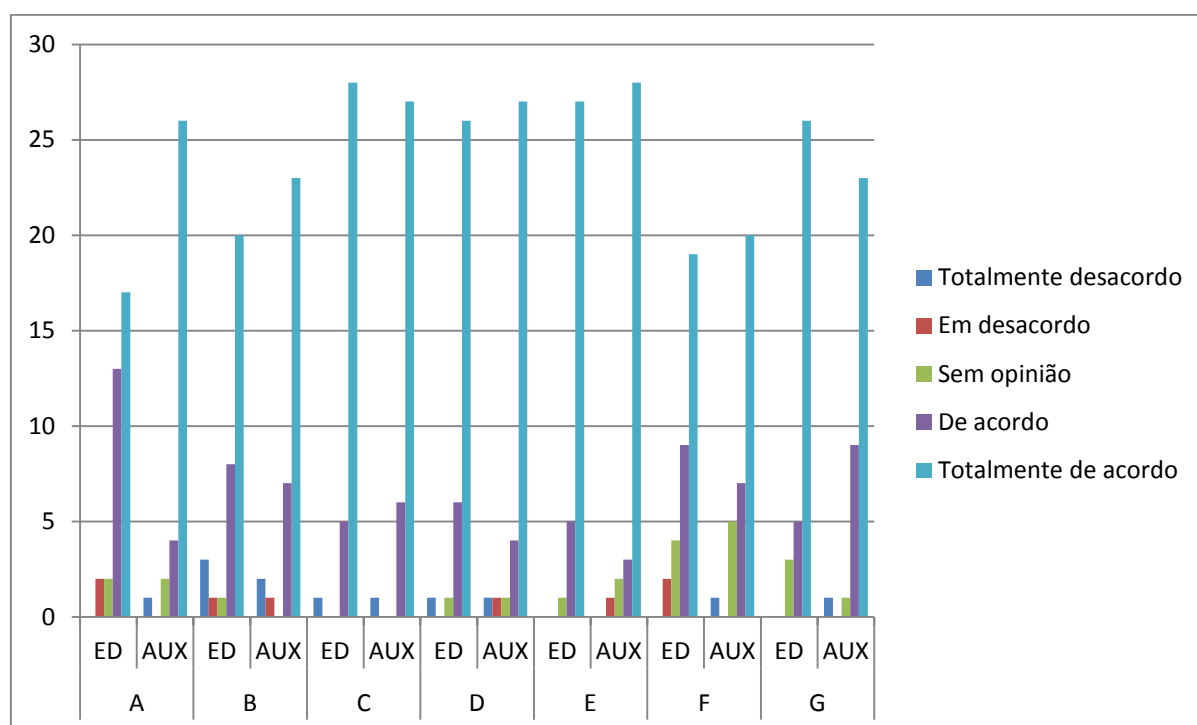


Figura V: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.2.1 do questionário, Condições Estruturais, por parte das Educadoras de infância (ED.) e das Auxiliares de acção educativa (AUX.)

3.1.3.3 Recreio

As perguntas utilizadas no questionário, encontram-se codificadas com as letras de A a F, conforme se pode verificar na tabela VIII. Os dados obtidos referentes a este subtema do questionário, encontram-se descritos na figura VI.

A maioria das respostas indicaram que as educadoras e as auxiliares de acção educativa responderam de acordo com a legislação e documentação de referência. Este grupo foi o que apresentou mais respostas, “sem opinião” em comparação com os restantes temas do capítulo 3 do questionário.

Tabela VIII: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura VI

Pergunta realizada no questionário	Codificação Alfabética
Os espaços de recreio não devem estar junto de zonas ambientalmente degradadas	A
Os espaços de recreio não devem estar junto de zonas exteriores utilizadas para carga e descarga e depósito de materiais e produtos	B
Os equipamentos de recreio devem indicar o número máximo de ocupantes em simultâneo	C
* É importante a marcação CE nos equipamentos do recreio *	D
* O tipo de piso no recreio é importante para a segurança das crianças que o utilizam	E
Nos espaços de recreio devem existir corredores de circulação interna pedonal	F

Nota 2: (*) O sentido da pergunta foi alterado, devido a ter havido uma alteração no sentido da resposta.

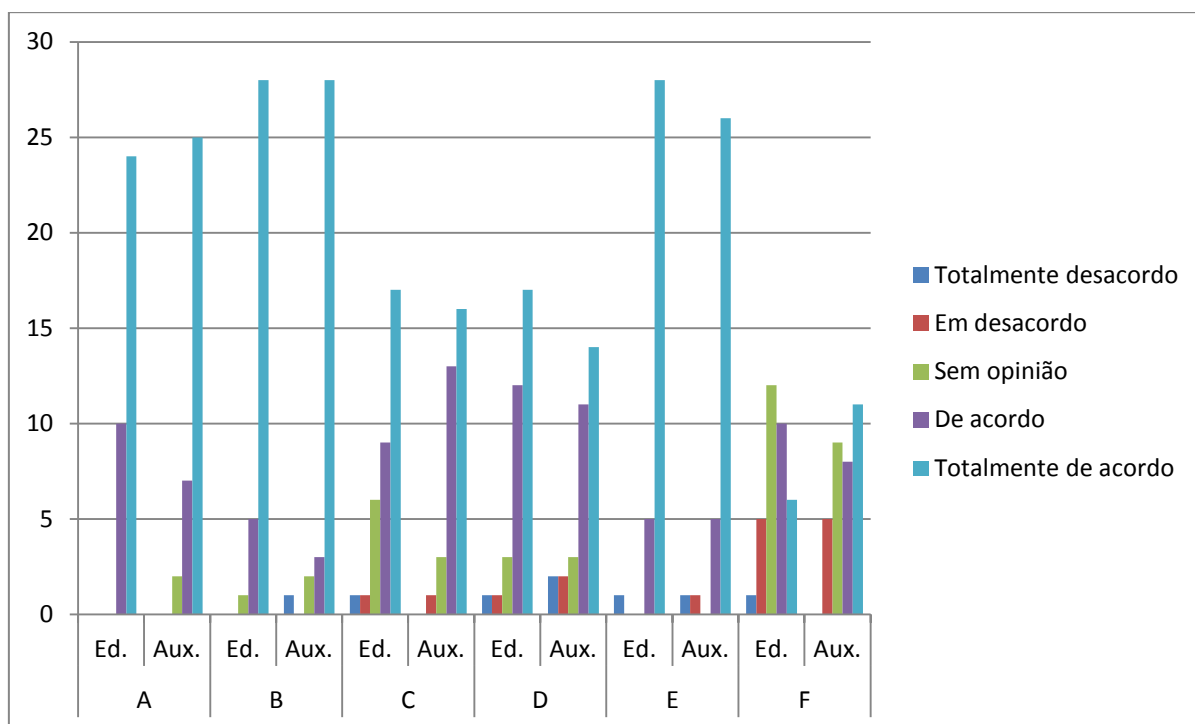


Figura VI: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.3.1, “Recreio”, do questionário, por parte das Educadoras de infância (ED.) e das Auxiliares de acção educativa (AUX.)

A pergunta F, “Nos espaços de recreio devem existir corredores de circulação interna pedonal”, indicada na figura VI, foi a única resposta que diferenciou a percepção entre educadoras de infância e as auxiliares. Sendo que as educadoras não vão ao encontro das exigências do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de Maio.

3.1.3.4 Equipamentos e Materiais

Na figura VII são apresentadas as respostas dadas pelas inquiridas sobre “Equipamentos e Materiais”. As letras de A a E, correspondem às perguntas do questionário indicadas na tabela IX. As perguntas estão estruturadas de modo a que sempre que as inquiridas respondessem “Muito risco” significaria que a percepção seria a melhor.

A maioria das educadoras e das auxiliares responderam “algum risco” e “muito risco”, demonstrando assim que estão informadas dos riscos existentes, Evidenciando uma maior percepção sobre o que poderá ocorrer caso não seja cumprido os requisitos da legislação.

Tabela IX: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura VII

Pergunta realizada no questionário	Codificação Alfabética
Equipamentos sem marca CE	A
Inexistência, nos brinquedos, de referência à idade mínima, para os utilizadores a que se destinam	B
Inexistência, nos equipamentos, sobre os avisos necessários à prevenção dos riscos inerentes à sua utilização	C
Equipamentos (mobiliário, brinquedos, etc.) que não cumprem com os princípios ergonómicos	D
O desconhecimento da composição dos materiais utilizados nas actividades (p.ex.: as tintas)	E

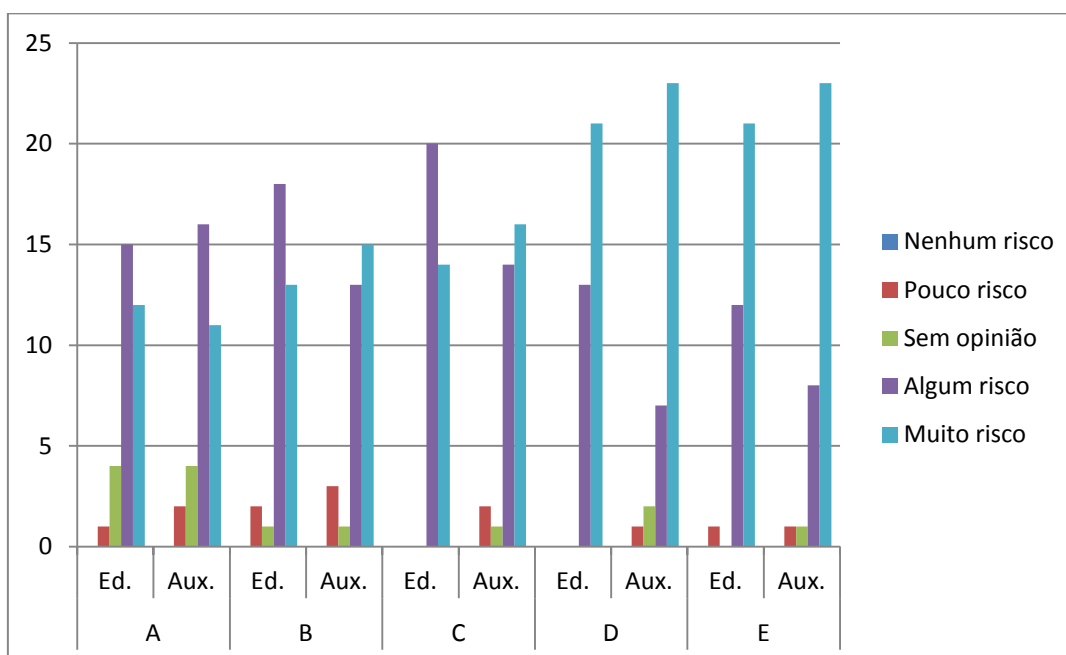


Figura VII: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.4., “Equipamentos e Materiais” do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)

3.1.3.5 Riscos Eléctricos

As respostas referentes ao tema “Riscos Eléctricos” podem ser observadas na figura VIII. Como nos restantes temas, as letras que se encontram na figura, correspondem às questões colocadas no questionário, conforme se pode observar na tabela X.

Este grupo do questionário para além de avaliar a percepção do risco comparando o conhecimento das inquiridas com a documentação de referência, também estuda o comportamento das mesmas. Os resultados evidenciaram que a percepção da maioria das inquiridas correspondeu ao exigido na pela legislação e documentação em vigor. Relativamente às atitudes, também se encontram correctas, demonstrando assim que têm conhecimento dos perigos existentes relativos à electricidade e aos equipamentos eléctricos.

Tabela X: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura VIII

Pergunta realizada no questionário	Codificação Alfabética
Fechar as portas dos quadros eléctricos, sempre que estas se encontram abertas	A
Verificar se os cabos dos equipamentos eléctricos se encontram danificados	B
Não ligar vários (+ do que 3) aparelhos na mesma tomada	C
Verificar se existe sinalética nos quadros eléctricos	D
Verificar se existe protecção nas tomadas eléctricas	E

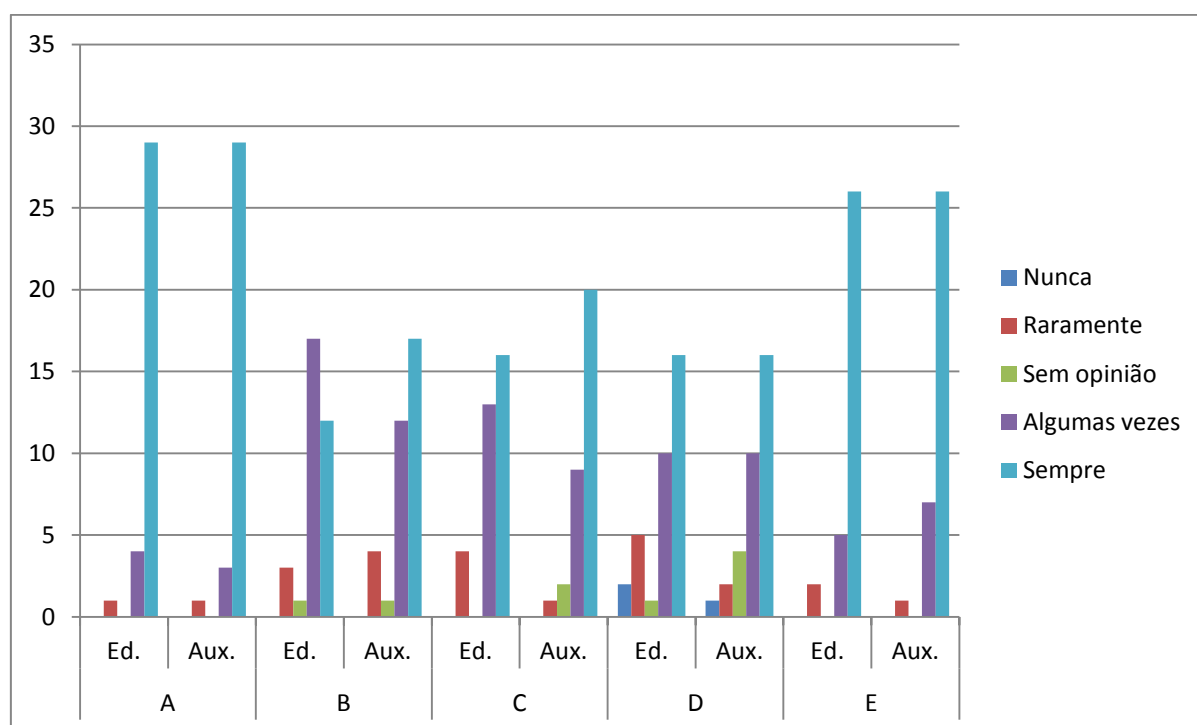


Figura VIII: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.5.1, “Riscos eléctricos” do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)

3.1.3.6 Organização de Emergência

A figura IX descreve as respostas dadas pelas profissionais relativamente ao tema organização de emergência. As perguntas do tema em questão encontram-se codificadas através de letras, A ao J, conforme a tabela XI.

Como se pode verificar na respectiva figura, a percepção da maioria das inquiridas está de acordo com as recomendações da documentação de referência.

Tabela XI: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura IX

Pergunta realizada no questionário	Codificação Alfabética
Inexistência do Plano de Segurança Interno (Plano de Emergência Interno, Plano de Prevenção, Instruções de Segurança)	A
Extintores em número insuficiente	B
* Os extintores não estarem visíveis	C
Os caminhos de evacuação obstruídos	D
Inexistência de equipas de segurança contra incêndios	E
Sinalização de emergência inexistente	F
Sinalização de emergência mal localizada	G
Não existir pessoal com formação em primeiros socorros	H
Material de primeiros socorros inexistente	I
Material de primeiros socorros inadequado	J

Nota 3: (*) O sentido da pergunta foi alterado, devido a ter havido uma alteração no sentido da resposta.

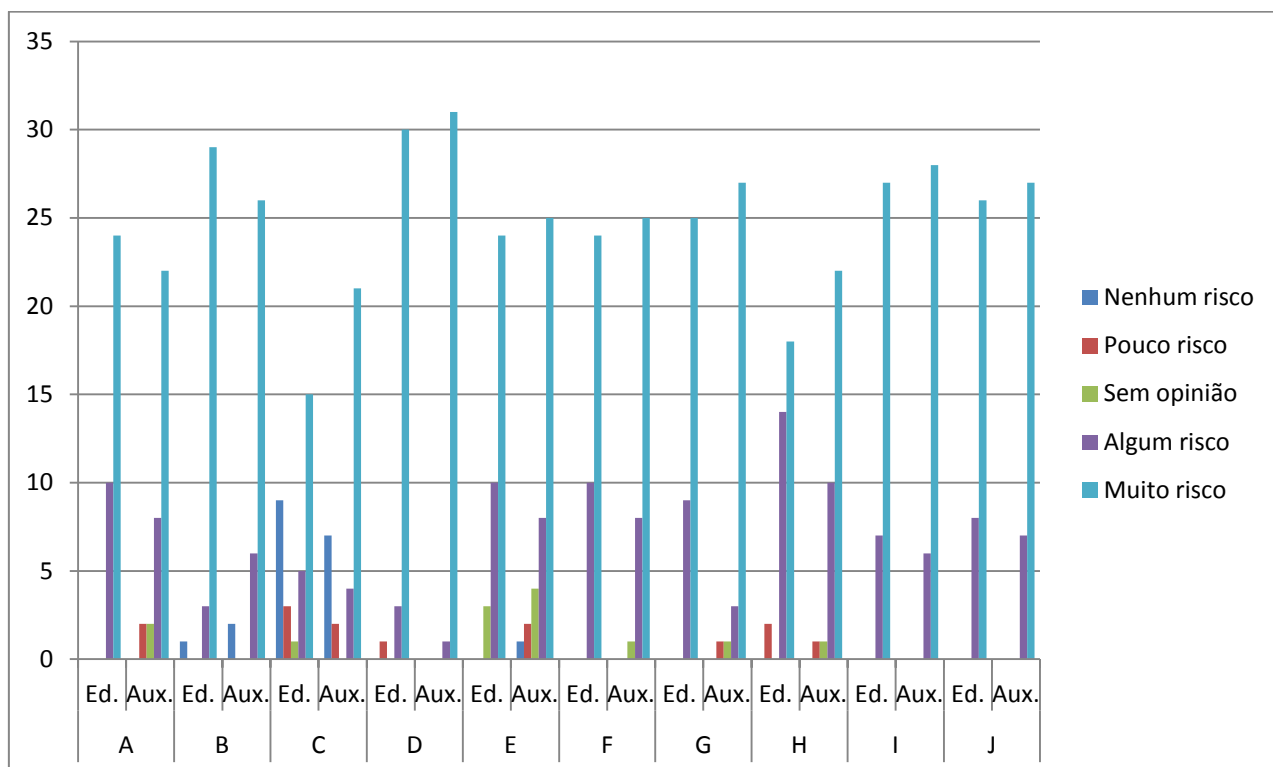


Figura IX: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.6.1, “Organização de emergência”, do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)

Conforme se pode constatar na figura anterior, a pergunta que obteve o nível mais baixo sobre percepção, foi, na versão com o sentido alterado “Os extintores não estarem visíveis”, sendo que a pergunta original é “Os extintores estarem visíveis”. Esta questão vem demonstrar que a percepção é muito subjectiva e que também pode variar de acordo com a actividade profissional, visto que o legislador identifica um perigo o extintor não estar visível, pois considera que o tempo de procura pelo extintor, pode pôr em risco as pessoas expostas ao perigo de incêndio da estrutura e/ou edifício. Enquanto as inquiridas consideram um perigo o extintor estar visível, pois pode magoar uma criança devido à altura a que o extintor deve estar colocado e as crianças poderem chocar contra ele. Ambos (legislador, educadoras e auxiliares) identificaram o risco mas em âmbitos diferentes, ou seja, o legislador identificou o perigo de incêndio enquanto as educadoras e auxiliares identificaram o perigo da criança poder bater com a cabeça no extintor, ou mesmo de queda do extintor em cima da criança.

3.1.3.7 Geral

O tema abordado não teve como referência a legislação nem a documentação de referência, o tema consiste em saber qual a opinião das inquiridas sobre alguns assuntos conforme se pode observar na tabela XII, onde se encontram as perguntas do questionário com a respectiva codificação alfabética para a análise da figura X. A figura X descreve os resultados obtidos neste tema do questionário.

Todas as inquiridas, com a excepção de duas respostas, que não têm opinião, estão de acordo que deva existir formação em segurança, higiene e saúde em meio escolar no curso “Educação de Infância”. Este é o grupo onde se encontram mais respostas “totalmente de acordo”.

Tabela XII: Codificação alfabética das perguntas utilizadas no questionário para a análise da figura X

Pergunta realizada no questionário	Codificação Alfabética
Se observar uma situação perigosa, deve-se corrigir de imediato, ou avisar os superiores hierárquicos para a situação	A
Quando se prepara a sala, deve-se ter em conta a segurança para os utentes	B
É importante a formação em segurança, higiene e saúde em meio escolar no curso de "Educação de Infância"	C
Existência de legislação que aborda o tema da segurança em meio escolar	D
Existência de maior fiscalização aos jardins-de-infância	E

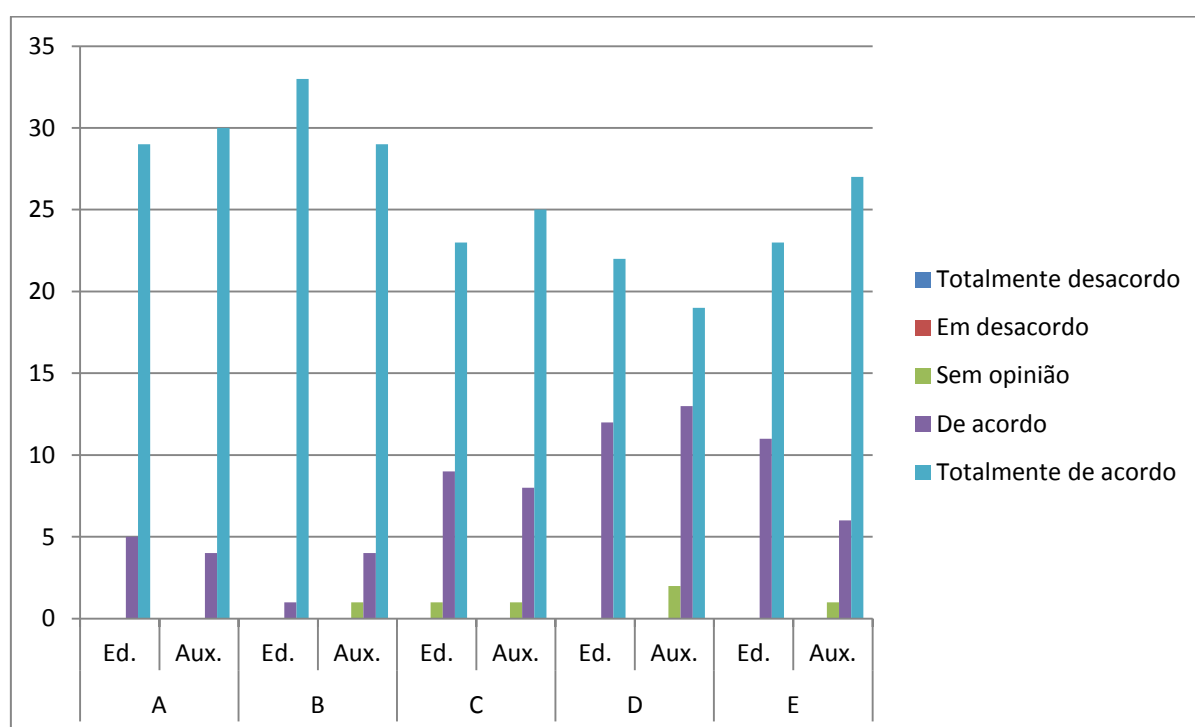


Figura X: Análise das respostas obtidas ao ponto 3.7.1 do questionário, por parte das Educadoras de infância (Ed.) e das Auxiliares de acção educativa (Aux.)

A última questão do questionário aborda os inquiridos sobre a importância da formação em segurança, higiene e saúde em Meio Escolar sugerindo temas para a sua realização. Os temas sugeridos são:

- Primeiros socorros;
- Segurança nos espaços;
- Organização de emergência e segurança contra incêndios;

- iv. Segurança sobre equipamentos;
- v. Segurança alimentar;
- vi. Higienização dos espaços;
- vii. Como sensibilizar as crianças para temática;
- viii. Transporte de crianças.

3.2 Percepção do Risco Associado à Segurança por Parte dos Profissionais de Educação em Jardins-de-Infância

Como objectivo principal da presente dissertação pretendia-se avaliar a percepção do risco associado à segurança por parte dos profissionais de educação dos jardins-de-infância, principalmente dos(as) educador(as) de infância e auxiliares de acção educativa. A materialização deste objectivo teve como base a concretização dos seguintes objectivos específicos:

- i. Verificar a percepção de risco por parte das educadoras de infância e das auxiliares de acção educativa;
- ii. Verificar diferenças de percepção de risco entre as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa sobre os diferentes temas;
- iii. Analisar a influência da formação recebida, idade e experiência profissional na percepção do risco;
- iv. Identificar qual o tema em que a amostra demonstra menos domínio.

No presente ponto será estudado a percepção do risco das educadoras e das auxiliares de acção educativa. Foram utilizados testes estatísticos, na comparação da percepção de risco, entre educadoras e auxiliares, entre as idades das inquiridas, entre quem possuía formação com quem não possuía formação, entre o tempo de experiência, e entre os diferentes domínios.

De modo a realizar os testes estatísticos, o grupo 3 do questionário foi subdividido em 5 domínios, as “Condições Estruturais”, o “Recreio”, os “Equipamentos e Materiais”, os “Riscos Eléctricos” e a “Organização de Emergência”, correspondendo aos pontos 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 do questionário. Para facilitar o tratamento estatístico dos dados, o resultado obtido em cada pergunta do respectivo domínio, foi somado, criando assim um único dado de cada domínio, que se designou por score. Deste modo o valor mais baixo da percepção ao risco deixa de ser o 1 (pouco risco/totalmente desacordo/nunca) passando a ser o seu valor equivalente, o que se encontra na tabela XIII, de forma análoga procedeu-se de igual forma para o valor mais elevado. Os valores de referência foram calculados através da multiplicação do número total de perguntas que possua cada tema por 1 e por 5, ficando-se assim a saber os valores de referência mínimos e máximos.

Tabela XIII: Valores de referência teóricos relativos ao score de cada domínio

Tema	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5
Condições Estruturais	7	14	21	28	35
Recreio	6	12	18	24	30
Equipamentos e Materiais	5	10	15	20	25
Riscos Eléctricos	5	10	15	20	25
Organização de Emergência	10	20	30	40	50

Na verificação do tipo de teste a utilizar entre as variáveis que se pretendem estudar, foi tida em atenção os pressupostos que os testes paramétricos devem seguir, no caso de não serem cumpridos os pressupostos, utilizou-se um teste não paramétrico. Todos os testes foram realizados com o nível de significância $\alpha = 0,05$. Os resultados de cada teste utilizado na análise dos objectivos propostos no presente estudo, encontram-se no anexo II.

O teste utilizado para verificar se existem diferenças estatísticas na percepção de risco entre as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa nos diferentes temas, foi o *test T* para amostras independentes, devido à amostra em causa ser independente e as variáveis serem racionais. O objectivo do teste referido é a comparação das médias de dois grupos, tendo como pressupostos ter uma população normal ou $n \geq 30$ em ambos os grupos e um desvio padrão desconhecido (Pimenta, 2011).

O tamanho da amostra em ambos os grupos é superior a 30 (34 Educadoras e 34 Auxiliares), para estudar a homogeneidade das variâncias foi utilizado o *teste Levene*. Verificou-se em todos os temas, não haver evidências estatísticas para afirmar que estas são significativamente diferentes, assim supõe-se que as variâncias sejam iguais.

Após a verificação dos pressupostos, observou-se que as médias registadas para as respostas das educadoras e das auxiliares é a mesma, ou seja não há diferenças estatisticamente significativas entre a percepção das educadoras e das auxiliares.

O teste utilizado na análise da influência da formação recebida na percepção do risco foi o *MANN – WHITNEY*, sendo um teste não paramétrico por não responder aos pressupostos do teste paramétrico, o número total de respostas negativas à pergunta, se já tinham tido formação de segurança, higiene e saúde, foi inferior a 30. Como verificado no objectivo anterior, não existem evidências estatísticas suficientes, para afirmar que a percepção de risco nos diferentes temas abordados entre quem possuía e não possuía formação na área de segurança, higiene e saúde, seja diferente.

No estudo à influência da idade na percepção do risco foi utilizado o teste não paramétrico *KRUSKAL – WALLIS*. Como valor $p < \alpha$ nos dois grupos, não se pode assumir a normalidade da variável em estudo, por esse motivo não se está a cumprir um dos pressupostos para a utilização dos testes paramétricos. Este teste tem como critérios (Pimenta, 2011):

- i. Tipo de variáveis: Racional ou ordinal
- ii. Tipo de amostra: Três ou mais amostras independentes
- iii. Objectivo da análise: Comparação das distribuições das amostras
- iv. Pressupostos: Nenhum

Nos temas estudados não existem evidências estatisticamente significativas, para afirmar que pelo menos a percepção do risco de uma das faixas etárias seja diferente.

Na análise da influência da experiência profissional na percepção do risco nos diferentes domínios, foi utilizado o coeficiente de *Pearson*, verificando-se que não existe nenhuma correlação entre as variáveis em estudo, o que significa que quer as inquiridas possuam muita experiência ou pouca, a percepção é idêntica.

Para verificar qual é o tema em que as inquiridas demonstram menos domínio foi realizada uma análise descritiva de cada score avaliado. A análise dos dados consiste na comparação das médias que se encontram na tabela XIV com as médias teóricas calculadas anteriormente tabela XIII. É importante lembrar que os valores de referência da opção 1 corresponde ao nível mais baixo da percepção e os valores de referência da opção 5 é o nível mais elevado.

Como se pode constatar não existe nenhum tema que se destaque, os dados obtidos são muito similares. Na presente análise pode-se verificar que a média de todos os temas situa-se entre os valores de referência das opções 4 e 5, o que demonstra que quer as educadoras, quer as auxiliares possuem uma boa percepção ao risco nos diferentes temas avaliados.

Tabela XIV: Análise dos valores médios obtidos por cada score.

		N	Média	Desvio-Padrão
Score Condições Estruturais	Educador (a) de infância	34	31,5	2,8
	Auxiliar de acção educativa	34	31,6	4,0
	Total	68	31,5	3,4
Score Recreio	Educador (a) de infância	34	26,1	2,8
	Auxiliar de acção educativa	34	25,5	4,2
	Total	68	25,8	3,6
Score Equipamentos e	Educador (a) de infância	34	21,8	2,5
	Auxiliar Materiais de acção educativa	34	21,1	4,4
	Total	68	21,4	3,5
Score Riscos Eléctricos	Educador (a) de infância	34	21,5	2,7
	Auxiliar de acção educativa	34	22,0	3,3
	Total	68	21,7	3,0
Score Organização de Emergência	Educador (a) de infância	34	45,4	3,6
	Auxiliar de acção educativa	34	45,1	4,6
	Total	68	45,3	4,1

Como se pode verificar, não houve diferenças estatísticas nos objectivos estudados. Este facto poderá ser justificado por ambas as categorias profissionais trabalharem em conjunto no seu dia-a-dia, partilhando assim as experiências já vividas ao longo da sua vida profissional (Silva, 2008). Outro motivo que pode ter influenciado a obtenção dos presentes resultados, são dois dos factores de percepção de risco que Slovic, Fischhoff e Lichtenstein (1979) citados (Bahr, 1997) referem, a percepção pode ser influenciada devido às consequências dos acidentes serem crónicas ou catastróficas e a gravidade do acidente poder causar a morte. A consciencialização das consequências em caso de acidente com uma criança, pode justificar a pouca diferença das repostas entre educadoras e auxiliares, devido ao receio que algo de mal aconteça às crianças as educadoras e auxiliares tentam procurar as melhores soluções para garantir a segurança das crianças.

Embora não existam diferenças significativas entre quem teve e quem não teve formação, não se deve interpretar que a formação não é importante, bem pelo contrário, dado ser uma variável importante. Como foi referido até agora entre as categorias profissionais estudadas existe a partilha de vivências, existindo também a mesma partilha de informação de quem obteve formação para quem não obteve formação. De salientar que a formação deve ser um aspecto sempre a reforçar em qualquer organização de modo a enriquecer os conhecimentos de quem a frequenta. Através da formação pode-se ter acesso a outros pontos de vista, ao conhecimento de novos acidentes, e como se deve proceder de modo a evitar o acidente.

Capítulo IV – Conclusão

“Quer nos apercebamos, ou não, desse facto, a segurança, ou o “risco” de a comprometer, é uma componente das nossas vidas. Durante a nossa actividade diária, todos nós tomamos decisões influenciadas pelo nosso conceito de segurança, e em última instância, pela nossa própria interpretação do risco. De certo modo, cada decisão é uma forma de avaliação do risco, na medida em que o ponderamos, analisando os custos associados e os benefícios daí decorrentes [Lanzilotta, 1996].” (Arezes, 2002)

Ao longo da elaboração do estudo verificou-se que embora existindo estudos sobre percepção de risco, são ainda escassos os estudos que abordam a percepção de riscos referentes aos profissionais de educação dos jardins-de-infância.

As crianças que frequentam os jardins-de-infância, são caracterizadas por serem exploradoras do mundo que as rodeia, de já possuírem uma boa coordenação motora e de não dependerem tanto dos adultos como de quando frequentavam a creche, (Jean Piaget, 1970) citados por (Sprinthall & Sprinthall, 1993). Por este motivo o estudo revela-se importante, ao analisar a percepção dos profissionais de educação que mais tempo partilham com as crianças nos jardins-de-infância.

Na realização do presente trabalho, foram estudados 8 jardins-de-infância, dos quais se obteve resposta de 34 educadoras de infância e 34 auxiliares de acção educativa aos questionários distribuídos. Através da análise dos dados obtidos, verificou-se que a grande maioria das inquiridas possuía formação na área de segurança, higiene e saúde, tendo sido o motivo “profissional” a razão identificada e que justificará os resultados. Foi observado no entanto, que os auxiliares de acção educativa demonstraram através do questionário possuir mais formação na área quando comparado com as educadoras de infância. Pela análise dos resultados, verificou-se que existe já por parte dos gestores escolares de alguns estabelecimentos, uma cultura de segurança, ao sensibilizar através de formação as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa.

Foi constatado que o recreio é o local com maior potencial de perigo em espaços de jardins-de-infância, percepcionado não só pelas profissionais, mas também pelo facto de se

ter verificado que é no recreio onde ocorrem mais acidentes. Estes resultados corroboram com estudos anteriormente realizados.

Relativamente à percepção do risco das educadoras de infância e das auxiliares de acção educativa, considerando os domínios avaliados no questionário, verificou-se que ambas as categorias profissionais responderam de acordo com os requisitos exigidos na legislação e documentação de referência existente. A homogeneidade verificada nos resultados obtidos entre as duas categorias profissionais contraria a percepção inicial do autor. Os domínios avaliados no questionário foram as “Condições Estruturais”, o “Recreio”, os “Equipamentos e Materiais”, os “Riscos Eléctricos” e a “Organização de Emergência”. Não só se verificou resultados similares entre educadoras e auxiliares, mas também entre as idades das inquiridas, entre o tempo de experiência profissional, entre quem possuía formação com quem não possuía e entre os diferentes domínios. Presume-se que estes resultados possam ocorrer devido à proximidade existente entre a educadora e a auxiliar, pois partilham a mesma sala de actividades, facilitando assim a troca de experiências vividas relativamente à segurança das crianças, (Silva, 2008). Outro presumível motivo advém das consequências catastróficas, resultantes da ocorrência de um acidente com uma criança, aumentando a gravidade do risco haverá a tendência de aumentar a percepção sobre esse risco, (Bahr, 1997).

Com a elaboração do presente estudo, procurou-se evidenciar, qual a percepção ao risco dos profissionais de educação dos jardins-de-infância relativamente aos diferentes subtemas ligados à segurança. Embora as educadoras de infância e as auxiliares de acção educativa tenham uma função mais preponderante no dia-a-dia da criança do jardim-de-infância, teria sido interessante ter comparado a percepção de risco por parte de todos os intervenientes do jardim-de-infância, desde a gestão de topo, aos funcionários de cozinha, serviço de limpeza. Relativamente à avaliação da percepção de risco da gestão seria importante, devido a ser este órgão que elabora procedimentos internos, aprova o orçamento para a compra do material, dos alimentos, e tem de implementar as medidas que são exigidas para melhorar a segurança do jardim-de-infância. A avaliação da percepção de risco dos funcionários da cozinha, será importante, pois devem ter em atenção aos constituintes alimentares, data de validade e gestão de stocks. O transporte de produtos alimentares quentes, será um ponto interessante de análise (no caso de terem de sair da cozinha com as travessas). A importância de avaliar a percepção de risco dos serviços de

limpeza, está relacionada com a atenção que devem prestar relativamente ao local onde deixam os detergentes que utilizam, e ao limparem o chão avisar as responsáveis das salas de actividades que o chão se encontra húmido.

A realização deste trabalho, veio realçar a importância da cultura de segurança em contexto escolar, proporcionando uma análise dos factores inerentes à ocorrência de acidentes, perspectivando uma alteração de atitudes e comportamentos por parte de todos os intervenientes e que permitem uma diminuição de acidentes. As crianças serão um elo importante na cultura da segurança dado que serão eles os adultos do futuro.

Capítulo V - Trabalho Futuro/Sugestões para trabalho futuro

O trabalho ora desenvolvido não esgota o tema, abrindo portas para novas pesquisas neste domínio. Assim sugere-se a realização de estudos envolvendo a avaliação da percepção de risco dos profissionais associados a outros níveis de ensino, assim como, analisar a percepção do risco na perspectiva da criança.

Seria interessante verificar se os resultados obtidos no presente estudo, pode advir, dos bons exemplos dos locais de trabalho, ou seja, se as educadoras de infância ou as auxiliares de acção educativa ao trabalharem num local que possua boas condições de segurança, a sua percepção é boa, ou se pelo contrário é má.

Referências bibliográficas

Albuquerque, M. I. (2007). Dissertação de Mestrado em Educação Área de Especialização em Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança. *Os Recreios dos Jardins-de-Infância do Concelho de Tarouca* . Vila Real.

Arezes, P. M. (2002). Percepção do Risco de Exposição Ocupacional. Tese Doutoramento: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

Azevedo, R. P. (2010). Acidentes em Operações de Movimentação Manual de Cargas na Construção. *Tese de Doutoramento - Engenharia Civil* . Universidade do Minho.

Bahr, N. J. (1997). *System Safety Engineering and Risk Assessment: A Practical Approach*. London: Taylor and Francis.

Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

editora, P. (n.d.). *Infopedia enciclopédia e dicionários Porto Editora*. Obtido em 30 de Outubro de 2011, de <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/risco?homografia=2>

Heras, M., Quintanilha, V., Rolo, M., Reis, R., Santos, H., & Treger, N. (Fevereiro de 2011). Educadores de Infância. *Mini-Projecto: "Trato de mim; cuidam de mim"* , pp. 3-4.

Informática, P. (2011). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Obtido em 26 de Outubro de 2011, de <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=risco>

Maia, R. M. (2010). Tese de mestrado - Percepção de risco: Diferenças e semelhanças entre um cortador de relva e um pombo. Universiddae de Lisboa - Faculdade de Psicologia.

Marques, R. M. (2009). Os Nossos Alunos e as suas Redes Sociais, Um estudo etnográfico sobre a relação dos alunos com as comunidades virtuais e sua integração na escola. Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho.

Matos, R. C. (2010). Environment perception and child safety.

Ministério da Educação. (s.d.). Obtido em 24 de Setembro de 2011, de Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular: <http://www.dgidec.min-edu.pt/educacao/educacao/index.php?s=directorio&pid=96>

Ministério da Educação. (s.d.). Obtido em 22 de Setembro de 2011, de Ministério da Educação: <http://www.min-edu.pt/>

Ministério da Educação. (2003). Manual de Utilização e Manutenção das Escolas.

Ministério de Educação, D. d.-E. (1997). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

NP 4397:2008. Requisitos - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

Oliveira, M. J. (2007). Os comportamentos de segurança: O contributo da experiência de acidentes de trabalho e do clima de segurança.

Pimenta, R. (2011). Estatística Univariada e Multivariada - Mestrado em Ambiente, Higiene e Segurança em Meio Escolar.

Reis, M. M. (2005). Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Estudos da Criança – Promoção da Saúde e Meio Ambiente. *Acidentes Ocorridos nos Agrupamentos de Escolas de Braga entre 1998 e 2003* . Braga.

Rundmo, T. (2000). Safety climate, attitudes and risk perception in Norsk Hydro. *Safety Science*.

Silva, S. C. (2008). *Culturas de Segurança e Prevenção de Acidentes de Trabalho, numa Abordagem Psicossocial: Valores Organizacionais Declarados e em Uso*. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Sprinthall, N. A., & Sprinthall, R. C. (1993). *Psicologia Educacional*. Amadora: McGraw-Hill.

Tennessee, U. o. (2009). *RAIS - The Risk Assessment Information System*. Obtido em 25 de Outubro de 2011, de <http://rais.ornl.gov/tutorials/whatisra.html>

Legislação/Documentação de Referência

Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro: Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar;

Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas, (Educação, 2003);

Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, (Ministério de Educação, 1997);

Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto: Define os critérios a utilizar pelos estabelecimentos de educação pré-escolar, quanto à escolha das instalações e do equipamento didáctico;

Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho: Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento;

Despacho conjunto n.º 268/97: Garante o alargamento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar. No sentido de assegurar que o processo de desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar respeite critérios que salvaguardem a qualidade educativa, torna-se necessário, de acordo com o disposto no n.º2 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, definir os requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar.

Decreto-Lei n.º 133-A/97 de 30 de Maio: O presente diploma define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos, adiante designados por estabelecimentos, em que sejam exercidas actividades de apoio social do âmbito da segurança social relativas a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social;

Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro: estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças, necessárias para garantir a diminuição dos riscos de acidente, de traumatismos e lesões acidentais, e das suas consequências;

Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de Maio: altera parcialmente o Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de Dezembro, adequando -o à realidade actual, de modo a melhor cumprir os seus objectivos

Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro: estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, abreviadamente designado por SCIE;

Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro: regulamentação técnica das condições de segurança contra incêndio em edifícios e recintos, a que devem obedecer os projectos de arquitectura, os projectos de SCIE e os projectos das restantes especialidades a concretizar em obra, designadamente no que se refere às condições gerais e específicas de SCIE referentes às condições exteriores comuns, às condições de comportamento ao fogo, isolamento e protecção, às condições de evacuação, às condições das instalações técnicas, às condições dos equipamentos e sistemas de segurança e às condições de autoprotecção, sendo estas últimas igualmente aplicáveis aos edifícios e recintos já existentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio: aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada;

Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto: Aprova os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º ciclo do ensino básico;

Decreto-Lei n.º 515/99 de 24 de Novembro: O presente diploma aplica-se ao pessoal não docente em exercício de funções nos estabelecimentos públicos de educação e de ensino não superior integrados nas carreiras previstas neste decreto-lei;

Lei n.º 98/2009 de 4 de Setembro: regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro: Estatuto dos Jardins-de-Infância do sistema público de educação pré-escolar.

Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de Julho: O presente diploma estabelece o estatuto específico do pessoal técnico-profissional, administrativo e de apoio educativo dos

estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designado por pessoal não docente.

Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro: A presente lei regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção

Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de Janeiro: O presente diploma Define um conjunto de modalidades de acção social escolar susceptíveis de apoiar o percurso dos alunos ao longo da sua escolaridade. O presente diploma aplica-se aos alunos que frequentam o ensino não superior em estabelecimentos de ensino oficial, particular ou cooperativo.

Portaria n.º 413/99 de 8 de Junho: Revisão do regulamento existente, Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro, alargando às crianças que frequentam os jardins-de-infância e aos alunos dos ensinos básico e secundário, incluindo os ensinos profissional, artístico e recorrente, as acções de prevenção e protecção em caso de acidente escolar. Regulamenta o seguro escolar.

Anexo I

Questionário

"Avaliação da percepção do risco associado à segurança por parte dos profissionais de educação em Jardins de Infância"

No âmbito do mestrado em "Ambiente, Higiene e Segurança em Meio Escolar", a decorrer na Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto – IPP, pretende-se desenvolver o tema de tese "Avaliação da percepção do risco associado à segurança por parte dos profissionais de educação em Jardins de Infância".

Neste sentido pretende-se avaliar a percepção dos profissionais de educação dos riscos a que as crianças com as idades compreendidas entre os 3 e 5 anos estão sujeitas nos Jardins de Infância, através do preenchimento do presente questionário por parte dos (as) educadores (as) de infância, dos (as) auxiliares de acção educativa, direcção técnica ou outros profissionais. Posteriormente as respostas dos inquiridos serão comparadas com o estudo, suportado em base legal e documentação de referência sobre Jardins de Infância.

Os autores garantem o anonimato e confidencialidade de todos os dados constantes do questionário.

1. DADOS GERAIS

1.1. Estabelecimento de Ensino: _____

1.2. Concelho do Local de Trabalho: _____

1.3. Categoria profissional

Pode escolher mais que uma opção

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Direcção | <input type="checkbox"/> Educador (a) de infância |
| <input type="checkbox"/> Direcção técnica | <input type="checkbox"/> Auxiliar de acção educativa |
| <input type="checkbox"/> Coordenação pedagógica | <input type="checkbox"/> Outra: _____ |

1.4. Género

- ☐ Feminino
☐ Masculino

1.5. Idade: _____

1.6. Habilitações Literárias

Se tiver alguma formação específica numa área, indique a área de formação no ponto "outro"

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1º Ciclo (1º ao 4º ano) | <input type="checkbox"/> Bacharelato / Licenciatura |
| <input type="checkbox"/> 2º Ciclo (5º e 6º ano) | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> 3º Ciclo (7º ao 9º ano) | <input type="checkbox"/> Doutoramento |
| <input type="checkbox"/> Secundário (10º ao 12º ano) | <input type="checkbox"/> Outra: _____ |

1.6.1. Ano de conclusão do curso mais recente: _____

1.7. Tempo de Experiência Profissional: _____

1.8. Já teve formação sobre Segurança, Higiene e Saúde

Em caso negativo, passe para o ponto 2 "Informação sobre acidentes no Jardim de Infância".

☐ Sim

☐ Não

1.8.1. Indique o(s) Motivo(s) da formação

Pode escolher mais que uma opção

☐ Pessoal

☐ Profissional

☐ Curso

☐ Outra: _____

1.8.2. Indique o(s) Tema(s) da formação

Pode escolher mais que uma opção

☐ Conceitos gerais de segurança e higiene

☐ Manipulação de agentes químicos

☐ Segurança contra incêndios (utilização de extintores, Classe de fogo)

☐ Organização de emergência (conhecimento do Plano de Segurança Interno, formação das equipas de segurança contra incêndio, etc.)

☐ Segurança Alimentar

☐ Avaliação de riscos.

☐ Outra: _____

1.8.3. Indique a Duração da formação

☐ Até 6 horas

☐ 7 a 18 horas

☐ 19 a 30 horas

☐ Mais de 31 horas

☐ Unidade curricular do curso

☐ Outra: _____

2. INFORMAÇÃO SOBRE ACIDENTES NO JARDIM DE INFÂNCIA

2.1. Indique, caso já tenha acontecido, os acidentes ocorridos com crianças ao longo da sua vida profissional.

Pode escolher mais que uma opção

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> A criança magoou-se enquanto brincava com um equipamento no recreio. | <input type="checkbox"/> A criança magoou-se por estar a brincar com um brinquedo que não era apropriado para a idade dela |
| <input type="checkbox"/> A criança magoou-se quando se encontrava a brincar no espaço de recreio | <input type="checkbox"/> A criança ingeriu substâncias perigosas (detergentes, tintas, etc.) |
| <input type="checkbox"/> A criança magoou-se na sala por esta não estar devidamente organizada | <input type="checkbox"/> A criança teve contacto com um produto que era alérgica |
| <input type="checkbox"/> A criança magoou-se devido ao pavimento estar húmido | <input type="checkbox"/> A criança teve uma queda de uma cadeira/escadas/varanda/janela/etc. |
| <input type="checkbox"/> A criança asfixiou com a comida | <input type="checkbox"/> A criança foi atropelada à chegada ou saída do Jardim de Infância |
| <input type="checkbox"/> A criança teve uma intoxicação alimentar | <input type="checkbox"/> A criança ingeriu um alimento que era alérgica |
| <input type="checkbox"/> A criança queimou-se com a comida/pratos/recipientes | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> A criança entalou os dedos na porta | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> A criança asfixiou com um objecto que se encontrava na sala | |

2.2. No caso de já terem ocorrido acidentes com as crianças, tomou alguma iniciativa para evitar que acidentes idênticos voltassem a acontecer?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.2.1. Se respondeu sim na questão anterior, indique as medidas implementadas. Se respondeu não, indique os motivos para não ter implementado medidas de segurança.

3. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NOS JARDINS DE INFÂNCIA

3.1. Na sua opinião, qual o nível de risco associado aos seguintes espaços do jardim de infância

	Nenhum risco	Pouco risco	Sem opinião	Algum risco	Muito risco
Sala de actividades					
Refeitório					
Instalações sanitárias					
Recreio					
Corredores					

3.2. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

3.2.1. Até que ponto concorda com as seguintes afirmações

	Totalmente desacordo	Em desacordo	Sem opinião	De acordo	Totalmente de acordo
Os pavimentos, as paredes e os tectos do Jardim de Infância devem ser constituídos de materiais de difícil degradação					
As paredes, os pavimentos e tectos do Jardim de Infância não devem ser resistentes ao fogo					
Os materiais utilizados e/ou revestimentos de pavimentos, paredes, tectos e de outros elementos construtivos não deverão apresentar arestas cortantes, ter esquinas com ângulos vivos, saliências ou superfícies rugosas					
As escadas não devem possuir corrimão					
Os degraus das escadas devem ser antiderrapantes					
Os pavimentos não devem apresentar desníveis					
As lâmpadas devem ter dispositivos de protecção, para prevenir a queda da lâmpada					

3.3. RECREIO

3.3.1. Até que ponto concorda com as seguintes afirmações

	Totalmente desacordo	Em desacordo	Sem opinião	De acordo	Totalmente de acordo
Os espaços de recreio não devem estar junto de zonas ambientalmente degradadas					
Os espaços de recreio não devem estar junto de zonas exteriores utilizadas para carga e descarga e depósito de materiais e produtos					
Os equipamentos de recreio devem indicar o número máximo de ocupantes em simultâneo					
Não é importante a marcação CE nos equipamentos do recreio					
O tipo de piso no recreio não é importante para a segurança das crianças que o utilizam					
Nos espaços de recreio devem existir corredores de circulação interna pedonal					

3.4. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

3.4.1. Na sua opinião, qual o nível de risco associado às seguintes situações

	Nenhum risco	Pouco risco	Sem opinião	Algum risco	Muito risco
Equipamentos sem marca CE					
Inexistência, nos brinquedos, de referência à idade mínima, para os utilizadores a que se destinam					
Inexistência, nos equipamentos, sobre os avisos necessários à prevenção dos riscos inerentes à sua utilização					
Equipamentos (mobiliário, brinquedos, etc.) que não cumprem com os princípios ergonómicos					
O desconhecimento da composição dos materiais utilizados nas actividades (p.ex.: as tintas)					

3.5. RISCOS ELÉCTRICOS

3.5.1. Indique com que frequência costuma ter os seguintes comportamentos

	Nunca	Raramente	Sem Opinião	Algumas vezes	Sempre
Fechar as portas dos quadros eléctricos, sempre que estas se encontram abertas					
Verificar se os cabos dos equipamentos eléctricos se encontram danificados					
Não ligar vários (+ do que 3) aparelhos na mesma tomada					
Verificar se existe sinalética nos quadros eléctricos					
Verificar se existe protecção nas tomadas eléctricas					

3.6. ORGANIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

3.6.1. Na sua opinião, qual o nível de risco associado às seguintes situações?

	Nenhum risco	Pouco risco	Sem opinião	Algum risco	Muito risco
Inexistência do Plano de Segurança Interno (Plano de Emergência Interno, Plano de Prevenção, Instruções de Segurança)					
Extintores em número insuficiente					
Os extintores estarem visíveis					
Os caminhos de evacuação obstruídos					
Inexistência de equipas de segurança contra incêndios					
Sinalização de emergência inexistente					
Sinalização de emergência mal localizada					
Não existir pessoal com formação em primeiros socorros					
Material de primeiros socorros inexistente					
Material de primeiros socorros inadequado					

3.7. GERAL**3.7.1. Indique até que ponto se identifica com as seguintes situações**

	Totalmente desacordo	Em desacordo	Sem opinião	De acordo	Totalmente de acordo
Se observar uma situação perigosa, deve-se corrigir de imediato, ou avisar os superiores hierárquicos para a situação					
Quando se prepara a sala, deve-se ter em conta a segurança para os utentes					
É importante a formação em segurança, higiene e saúde em meio escolar no curso de "Educação de Infância"					
Existência de legislação que aborda o tema da segurança em meio escolar					
Existência de maior fiscalização aos jardins de infância					

3.7.2. Se achar importante haver formação em segurança, higiene e saúde em Meio Escolar, indique alguns temas que deveriam ser abordados na formação

Agradeço a colaboração!

Anexo II

Resultados obtidos na aplicação dos testes utilizados na análise dos
objectivos

Tabela XV: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Condições Estruturais”

Independent Samples Test									
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference
									Lower
Score Condições Estruturais	Equal variances assumed	3,425	,069	-,106	66	,916	-,08824	,83102	-1,74743
	Equal variances not assumed			-,106	59,232	,916	-,08824	,83102	-1,75097

Tabela XVI: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Recreio”

Independent Samples Test										
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
Score Recreio	Equal variances assumed	1,939	,168	,708	66	,481	,61765	,87245	-1,12425	2,36955
	Equal variances not assumed			,708	57,742	,482	,61765	,87245	-1,12892	2,36452

Tabela XVII: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Equipamentos e Materiais”

Independent Samples Test									
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval
									Lower
Score Equipamentos e Materiais	Equal variances assumed	2,741	,103	,786	66	,435	,67647	,86053	-1,04163
	Equal variances not assumed			,786	51,820	,435	,67647	,86053	-1,05045

Tabela XVIII: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Riscos Eléctricos”

Independent Samples Test									
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval
									Lower
Score Riscos Eléctricos	Equal variances assumed	1,125	,293	-,685	66	,496	-,50000	,72971	-1,95692
	Equal variances not assumed			-,685	63,420	,496	-,50000	,72971	-1,95802

Tabela XIX: Teste T, aplicado à diferença de percepção de risco entre as categorias profissionais, Educadora de Infância e Auxiliar de Educação Educativa, em relação ao tema “Organização de Emergência”

Independent Samples Test									
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference
									Lower
Score Organização de Emergência	Equal variances assumed	1,446	,234	,292	66	,771	,29412	1,00739	-1,71720
	Equal variances not assumed			,292	62,290	,771	,29412	1,00739	-1,71944

Tabela XX: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Condições Estruturais”

Test Statistics ^a	
	Score Condições Estruturais
Mann-Whitney U	356,500
Wilcoxon W	492,500
Z	-,665
Asymp. Sig. (2-tailed)	,506

a. Grouping Variable: Formação sobre Segurança, Higiene e Saúde

Tabela XXI: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Recreio”

Test Statistics ^a	
	Score Recreio
Mann-Whitney U	369,000
Wilcoxon W	505,000
Z	-,468
Asymp. Sig. (2-tailed)	,640

a. Grouping Variable: Formação sobre Segurança, Higiene e Saúde

Tabela XXII: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Equipamentos e Materiais”

Test Statistics ^a	
	Score Equipamentos e Materiais
Mann-Whitney U	361,000
Wilcoxon W	497,000
Z	-,589
Asymp. Sig. (2-tailed)	,556

a. Grouping Variable: Formação sobre Segurança, Higiene e Saúde

Tabela XXIII: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Riscos Eléctricos”

Test Statistics ^a	
	Score Riscos Eléctricos
Mann-Whitney U	317,000
Wilcoxon W	453,000
Z	-1,257
Asymp. Sig. (2-tailed)	,209

a. Grouping Variable: Formação sobre Segurança, Higiene e Saúde

Tabela XXIV: Teste MANN-WHITNEY, aplicado à diferença de percepção de risco entre quem possui e não possui formação em Segurança, Higiene e Saúde, em relação ao tema “Organização de Emergência”

Test Statistics ^a	
	Score Organização de Emergência
Mann-Whitney U	354,000
Wilcoxon W	490,000
Z	-,692
Asymp. Sig. (2-tailed)	,489

a. Grouping Variable: Formação sobre
Segurança, Higiene e Saúde

Tabela XXV: Verificação da homogeneidade das variâncias para a aplicação do teste Kruskal Wallis, na análise da diferença de percepção de risco entre as diferentes faixas etárias em relação aos temas estudados

Test of Homogeneity of Variances				
	Levene Statistic	df1	df2	Sig.
Score Condições Estruturais	1,400	6	58	,230
Score Equipamentos e Materiais	1,917	6	58	,093
Score Riscos Eléctricos	1,380	6	58	,238
Score Organização de Emergência	2,876	6	58	,016

Tabela XXVI: Teste Kruskal Wallis, aplicado à análise da diferença de percepção de risco entre as diferentes faixas etárias em relação aos temas estudados

Test Statistics ^{a,b}					
	Score Condições Estruturais	Score Recreio	Score Equipamentos e Materiais	Score Riscos Eléctricos	Score Organização de Emergência
Chi-Square	4,755	6,992	5,318	12,402	3,997
df	7	7	7	7	7
Asymp. Sig.	,690	,430	,621	,088	,780

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grupo Etário

Tabela XXVII: Correlação de Pearson, aplicado à análise da diferença de percepção de risco entre o tempo de experiência profissional das inquiridas em relação aos temas estudados

Correlations							
		Tempo de Experiência Profissional	Score Condições Estruturais	Score Recreio	Score Equipamentos e Materiais	Score Riscos Eléctricos	Score Organização de Emergência
Tempo de Experiência Profissional	Pearson Correlation	1	-,125	,081	-,124	,234	,086
	Sig. (2-tailed)		,317	,518	,322	,059	,492
	N	66	66	66	66	66	66

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).